

CÓDIGO DO TRABALHO NO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O Presidente da República tem inúmeras dúvidas sobre a conformidade do Código de Trabalho à Constituição e, por isso, pediu a fiscalização preventiva da nova legislação laboral, designadamente os artigos referentes à contratação colectiva.

O PS, que nunca concordou com o Código de Trabalho, congratula-se com a decisão de Jorge Sampaio e, na reunião do Secretariado Nacional que este fim-de-semana se realizou em Leiria, mostrou preocupação por o PSD ter criticado o Presidente pelas dúvidas que manifestou: "Qualquer governação não pode ser feita nem contra nem apesar da Constituição, mas sim com a Constituição", disse Vieira da Silva.



- Sampaio com dúvidas sobre a nova legislação laboral **9**
- Secretariado Nacional em Leiria: "Não se pode governar contra a Constituição" **3**

PROCESSO CASA PIA

Socialistas exigem toda a verdade **4**

EDUCAÇÃO

PS disponível para consenso nacional sobre a nova Lei de Bases **7**

EUROPA

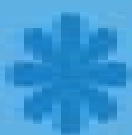
Ferro quer que o Governo explique o que vai negociar sobre a União **15**

FINANÇAS

Qualidade da despesa pública motiva iniciativas com empresários e economistas **6**

ENTREVISTA

Helena André: Sindicalismo europeu tem respostas para o séc. XXI **16**



FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS

Um outro mundo é possível!

PARTICIPE

LSB04
7 a 10 de Junho
Colégio Universitário

A FORÇA TRANQUILA

1. O PS vive uma hora difícil. Ninguém quer escondê-lo. Mas o PS já viveu, ao longo da sua história, horas igualmente difíceis, e outras bem mais difíceis, e sempre soube sair delas reforçado. É bom lembrá-lo. Nunca, qualquer que fosse o melindre da situação, o PS resolveu as crises impondo aos seus membros uniformidade de opinião e comportamento, ou escondendo a verdade aos cidadãos. Esta deve ser, mais uma vez, a linha de conduta: clareza e intransigência nos objectivos principais, confiança na relação com a opinião pública, coesão e tranquilidade na vida interna e na actividade pública do partido.

2. A preocupação fundamental do PS é a qualidade da democracia portuguesa. Este valor político prevalece sobre os demais. Ora, a qualidade da democracia implica inteira liberdade de acção política. Se contestarmos a existência de escutas telefónicas ao secretário-geral e ao líder parlamentar do PS, que não são suspeitos de nada, é porque nos parece que uma prática dessas, de muito controversa legalidade, põe em causa a liberdade de acção política. E isto vale naturalmente para todos os dirigentes partidários e para todos quantos ocupam cargos públicos, se é que não vale para todos, ponto final.

A qualidade da democracia implica também o respeito entre os adversários: é de uma luta entre ideias e propostas políticas alternativas que se trata, não da eliminação física ou moral dos contendores. Ora, isto não é compatível com sucessivos e inqualificáveis ataques à honra pessoal, venham de onde vierem e seja qual for o pretexto. Por isso dizemos que ninguém nos intimida quando tenta tal exercício contra Ferro Rodrigues. Não afirmamos, obviamente, que os autores da conjura urdida a propósito das obras do metro do Terreiro do Paço sejam os mesmos autores dos rumores caluniosos que tentaram associá-lo ao caso da Casa Pia. Afirmamos apenas, e é bastante, o nosso total repúdio por este tipo de infâmias e a nossa inabalável determinação em demonstrá-las. A qualidade da democracia implica, enfim, que o Governo governe e a Oposição o fiscalize e que o centro do debate sejam as dificuldades e as oportunidades do país. Ora, nada disto se consegue se o espaço público estiver colonizado pelo escândalo, a calúnia e a contra-informação.

3. É essencial à democracia o funcionamento do sistema judicial, independente do poder político e norteado pela lei e a busca da verdade. Eis a única coisa que reclamamos, a única coisa por que nos batemos. Na Casa Pia como nas contas na Suíça, em Felgueiras como no Marco ou em Águeda. Seja qual for o motivo, sejam quais forem os implicados. O Paulo Pedrosa colocou a questão melhor que ninguém, quando pediu o levantamento irrestrito da sua imunidade parlamentar: declarando a sua inocência, quis confiar-se inteiramente à justiça, e só a ela pediu a comprovação

da inocência e a descoberta dos que o caluniaram.

Julgo que posso escrever no plural: acreditamos todos na inocência do Paulo, acreditamos todos que a justiça vai demonstrá-la, descobrindo e punindo os verdadeiros culpados.

Quando acompanhamos os protestos generalizados contra as violações do segredo de justiça e as preocupações generalizadas pelas contaminações entre o inquérito judiciário e a amplificação mediática, fazemo-lo, portanto, porque queremos que a justiça seja imparcial e independente.

4. Não há democracia sem actividade política e compete aos agentes políticos designadamente aos partidos, avaliar as condições políticas de intervenção. É que não basta proclamar o sagrado princípio da presunção da inocência até concluído o julgamento: é preciso contrariar a encenação mediática do "julgamento" antecipado e a lógica terrível da presunção da culpa que a ela preside.

A presunção da inocência não é, por seu lado, minimamente beliscada pelo facto de verificarmos a falta de condições políticas para o exercício de cargos públicos. Também aqui o Paulo Pedrosa foi exemplar, quando suspendeu toda a actividade partidária, por estar indiciado. O PS, que apoia esse gesto lapidar, não comete, ao contrário do que por vezes se diz, nenhuma incoerência. Caso Paulo Portas? Pedimos a sua demissão não em razão da sua situação judicial, mas sim por se ter recusado a dar explicações ao Parlamento. Caso Fátima Felgueiras? Não a presumimos culpada, censuramos isso sim a sua fuga, assim como concluímos o óbvio – que nenhuma relação de confiança entre eleitos e eleitores se pode manter quando vários eleitos se encontram constituídos como arguidos.

5. Este número fala, entretanto, dos problemas do país e das propostas do PS. Porque é isso que nunca podemos perder de vista sob pena de dar a vitória aos nossos adversários ocultos. O PS é o maior partido da Oposição em Portugal. É essencial para dar estabilidade à democracia e confiança aos cidadãos. Por isso, o melhor que faremos é lembrar e aplicar a celeberrima bandeira de uma das campanhas de Mitterrand: nós somos a força tranquila.

6. Hoje, não concluo com um poema, concluo com uma pequena história, totalmente verdadeira. A história de Elio Di Rupo, o dirigente socialista belga que foi alvo, em 1996, de uma acusação de pedofilia. Ele negou-a energicamente e pediu às autoridades judiciais que a investigassem. A falsidade da acusação foi demonstrada, os caluniadores condenados, e até foi evidenciada a negligência daqueles que lhe deram indevidamente crédito, no sistema judicial. Di Rupo é hoje presidente do PS e do Governo Regional da Valónia.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Águeda 5-2-5-6

É essencial à democracia o funcionamento do sistema judicial, independente do poder político e norteado pela lei e a busca da verdade. Eis a única coisa que reclamamos, a única coisa por que nos batemos. Na Casa Pia como nas contas na Suíça, em Felgueiras como no Marco ou em Águeda. Seja qual for o motivo, sejam quais forem os implicados.

ORA PONHA AQUI O SEU PEZINHO

ANTOONIO COLAÇO

"É uma oportunidade para falar com os juízes. É até pedagógico que um político, pelo seu pé, vá a tribunal responder aos juízes porque é no tribunal que se faz justiça."

Paulo Portas, *Lusa*, 28/05/2003



SECRETARIADO NACIONAL EM LEIRIA

NÃO SE PODE GOVERNAR CONTRA A CONSTITUIÇÃO

Para o Secretariado Nacional do PS são "preocupantes" as críticas do ministro e secretário-geral do PSD, José Luis Arnaut, ao Presidente da República, por este ter enviado o Código do Trabalho para o Tribunal Constitucional. "Qualquer governação não pode ser feita nem contra nem apesar da Constituição, mas sim com a Constituição", afirmou Vieira da Silva, secretário nacional e porta-voz do PS, na conferência de imprensa realizada no final da primeira reunião descentralizada do Secretariado Nacional, que teve lugar sexta-feira e sábado em Leiria.



atoradoados".

Na conferência de imprensa, Vieira da Silva falou também dos problemas do distrito de Leiria que tinham sido analisados na reunião entre o Secretariado Nacional do PS e a direcção da Federação de Leiria, depois de os dirigentes nacionais terem visitado o distrito.

Na sexta-feira à noite, durante um jantar na Associação Recreativa Andrinense, em Pousos, que reuniu cerca de 400 militantes, Ferro Rodrigues voltou a manifestar a sua solidariedade e "confiança na inocência" de Paulo Pedrosa, aproveitando para lembrar ter sido o antigo porta-voz do PS o autor da ideia de o Secretariado Nacional do partido

AUTARCA DO PSD PEDE AJUDA A FERRO

Num encontro com Ferro Rodrigues, a presidente da Câmara Municipal de Leiria, Isabel Damasceno, dirigente do PSD, pediu o apoio do líder socialista, no sentido de pressionar o Governo a fazer algumas melhorias no IC2, antes do Euro-2004.

Atento ao problema, Ferro Rodrigues prometeu que o PS vai corresponder, no Parlamento, ao pedido da autarca

laranja. "Há uma responsabilidade especial do PS com Leiria", sublinhou o secretário-geral, recordando que ele próprio e António Costa foram já cabeças-de-lista pelo distrito. O líder do PS considerou que não é possível admitir "qualquer manobra dilatória" da parte do Governo no cumprimento das promessas assumidas com a cidade.

passar a fazer reuniões descentralizadas, como a que decorreu em Leiria, estando outras reuniões previstas para os restantes distritos do País.

Coesão e espírito de militância

Num jantar onde foram ouvidos vários aplausos sempre que o nome de Paulo Pedrosa foi citado, Ferro Rodrigues defendeu que a serenidade do partido perante o País deve ser acompanhada de indignação, sempre que isso se justifique.

"Serenidade não pode significar conformismo, serenidade não pode significar complacência", avisou, considerando que os socialistas não "podem aceitar passivamente as injustiças".

Garantindo que vai cumprir o mandato até ao fim, Ferro Rodrigues afirmou ter orgulho de ser secretário-geral do partido "neste momento histórico e político difícil para o PS e para o País".

"Não fiz nada para me pôr em bicos dos pés para ser secretário-geral", recordou, salientando ter sido eleito por duas ocasiões, em escrutínio directo e em congresso, pelo que considera possuir a legitimidade necessária para conduzir o PS.

Embora salvaguardando a separação de competência num Estado de Direito, Ferro Rodrigues enviou uma mensagem de "solidariedade e camaradagem" a Paulo Pedrosa, lamentando a existência de "poderes fácticos que querem limitar a capacidade" do PS.

Segundo salientou, a solidariedade no

seio do partido deve ser algo sempre presente, de modo a manter coeso o espírito militante.

Camaradagem é, para Ferro Rodrigues, "uma palavra não apenas expressa mas praticada no dia-a-dia" pelos militantes socialistas, sobretudo nos momentos de maior adversidade.

No que diz respeito à situação política nacional, o líder do PS acusou o Governo de não ter uma política activa para contrariar a grave crise económica em que o País está mergulhado.

O jantar foi marcado ainda por uma entusiástica e emocionada ovação de pé dos cerca de 400 militantes presentes a Paulo Pedrosa, em resposta ao apelo nesse sentido do líder da Concelhia de Leiria, José Manuel Silva. "Que este aplauso seja susceptível de ser ouvido em Lisboa", exclamou.

Entretanto, Ferro Rodrigues presidiu ainda à homenagem ao camarada Rocha e Silva, recentemente falecido, com o descerramento de uma placa evocativa na sede distrital do PS e atribuição do seu nome a uma das salas de trabalho da Federação.

Numa breve intervenção, Ferro Rodrigues recordou a estatura política de Rocha e Silva, salientando a sua grande "importância para o PS no distrito de Leiria".

De salientar que os membros do Secretariado reuniram-se ainda com um conjunto de representantes da sociedade civil do distrito, que subscreveram o Contrato de Acção Concreta com o Distrito de Leiria, no primeiro dia da campanha eleitoral das últimas legislativas.

J. C. C. B.

Vieira da Silva, que se encontrava acompanhado por José Miguel Medeiros, líder da Federação de Leiria, disse ser "incompreensível que um alto responsável da maioria que está no Governo reaja da forma que o fez à atitude do Presidente da República e que considere a Constituição um travão às leis". "São sinais preocupantes que merecem a nossa mais firme oposição", acrescentou.

Por outro lado, o dirigente socialista criticou também a decisão do Governo de suspender a construção do aeroporto da Ota, dando assim mais um sinal da indefinição estratégica que só prejudica o País.

"É para nós surpreendente que venha um novo ministro dizer que é um investimento para ser congelado", afirmou, acrescentando que "o Governo tem dito e sim e o não, uma coisa e o seu contrário, a um ritmo que nos deixa quase

ELEIÇÕES CONCELHIAS

PS RENOVADO, DINÂMICO E COMBATIVO

Realizou-se, no passado fim-de-semana, a maior parte das eleições para as concelhias socialistas. A grande participação dos militantes nestes actos eleitorais demonstra a vitalidade do PS, que saiu fortemente renovado, dinâmico e combativo.

Situação anómala registou-se em Felgueiras, pelo que as eleições serão impugnadas pelo PS/Porto e os candidatos poderão ser alvo de processos disciplinares por terem concorrido à revelia da Federação e mantido as eleições já depois de Francisco Assis ter adiado o sufrágio local. Por isso, o presidente da

Federação considerou, no sábado, que as eleições realizadas na Concelhia do PS/Felgueiras são "clandestinas", adiantando que vai informar a Comissão de Jurisdição distrital "deste acto antilegislativo, para que sejam tomadas as medidas adequadas".

Entretanto, a referida Comissão decidiu avançar com um processo disciplinar contra a ex-autarca Fátima Felgueiras, que deverá conduzir à sua expulsão do partido.

Reunido na semana passada, o órgão jurisdicional da Federação do PS/Porto deliberou também submeter os deputados municipais de Felgueiras a

processos disciplinares, e iniciar uma investigação para apurar a eventual participação de militantes socialistas nas agressões de que Assis foi vítima, em Felgueiras.

Recorde-se que a Concelhia de Felgueiras decidiu realizar as eleições dos órgãos locais do partido, ignorando as instruções do Secretariado Nacional e as orientações da Comissão de Jurisdição da Federação do Porto. Informa-se ainda os nossos leitores e camaradas que o "Acção Socialista" publicará, na sua próxima edição, os nomes dos novos dirigentes socialistas concelhios.

VIEIRA DA SILVA ASSUME PROVISORIAMENTE PELOURO DA ORGANIZAÇÃO



Vieira da Silva vai assumir provisoriamente as funções de responsável pelo pelouro da Organização do PS e de porta-voz do partido, enquanto o camarada Paulo Pedrosa estiver detido preventivamente.

A decisão foi tomada na passada quinta-feira em reunião do Secretariado Nacional do PS, onde foram redistribuídos os pelouros que eram tutelados por Paulo Pedrosa. Entretanto, durante a reunião do Grupo Parlamentar do PS da passada quinta-feira, os socialistas foram informados que só cinco deputados do partido poderão visitar

Paulo Pedrosa, no Estabelecimento Prisional de Lisboa, ao abrigo dos seus estatutos de deputados.

São o presidente do PS, Almeida Santos, o secretário-geral, Ferro Rodrigues, o líder parlamentar, António Costa, o membro do Secretariado Nacional Vieira da Silva e o presidente da Comissão parlamentar de Ética, Jorge Lacão.

Todos os outros deputados que queiram visitar Paulo Pedrosa terão de o fazer na qualidade de amigos.

PROCESSO CASA PIA

PS EXIGE TODA A VERDADE

Unido em torno da sua liderança e solidário com Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso, o PS exige que toda a verdade seja apurada no processo de pedofilia da Casa Pia e questiona com veemência as escutas telefónicas.

A reacção dos socialistas a todo este caso que nos atinge tão profundamente tem sido de grande responsabilidade e serenidade, mas, como disse Ferro Rodrigues, que ninguém nos peça "para apagar a emoção quando a ela temos direito".

O PS exige que se faça justiça, "doa a quem doer", e que tudo seja apurado.



A seu pedido, Ferro Rodrigues é ouvido como testemunha no dia 4 de Junho (dia de saída do nosso jornal) no âmbito do processo de pedofilia na Casa Pia. O líder do PS presta declarações no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), e é ouvido pelo procurador João Guerra, que lidera a investigação do Ministério Público. Na última declaração aos jornalistas sobre este assunto, Ferro Rodrigues exprimi a sua "satisfação por ser ouvido como testemunha", tendo destacado que prestindiu da prerrogativa de responder por escrito, "para que fique completamente claro que quaisquer que sejam as circunstâncias referenciadas em autos do processo", nada tem a ver "com qualquer comportamento minimamente censurável".

O secretário-geral do PS reitera a sua "intenção em solicitar pessoalmente e de novo que toda a verdade sobre qualquer insinuação seja esclarecida, para que possa proceder judicialmente contra a difamação e os difamadores em tempo útil, mas respeitando a investigação em curso e o segredo de justiça".

Ferro Rodrigues refere ainda que o processo de pedofilia "tem de ir até ao fim doa a quem doer" e acredita que o seu testemunho "será certamente mais um momento para manifestar" a sua "profunda convicção na total inocência" do seu "camarada Paulo Pedroso".

Apelo à serenidade

As ondas de choque provocadas pela prisão preventiva do nosso camarada Paulo Pedroso por alegado envolvimento no processo da Casa Pia, fizeram-se sentir nos diversos órgãos nacionais do partido que, entretanto, se reuniram. Na Comissão Nacional de domingo, 25 de Junho, Ferro Rodrigues exigiu de novo que toda a verdade fosse apurada e conhecida.

No discurso que efectuou na última Comissão Nacional em que foi aplaudido de pé por diversas vezes, o líder do PS

elogiou a "enorme lição de coragem pessoal e política" com que Paulo Pedroso enfrentou a situação, recusando a ideia de que os socialistas se encontrem em guerra com o sistema judicial.

Na sua intervenção que pôde ser presenciada pela Comunicação Social, começou por afirmar que "estamos a viver um momento de singular gravidade para a vida do Partido Socialista mas também para o funcionamento normal das instituições democráticas", salientando que gostaria que "serenidade, determinação e confiança fossem as palavras que marcassem o essencial do debate" sobre a situação política da Comissão Nacional.

Mas, frisou, "ninguém nos pode censurar que a palavra indignação seja outra palavra que não posso deixar de vos transmitir".

"É porque queremos agir com serenidade e determinação democráticas e queremos que todo o País nos entenda que solicitei que esta minha intervenção decorresse com as nossas portas abertas à Comunicação Social".

Para Ferro Rodrigues, "seria normal que o debate sobre a situação política se centrasse principalmente no agravamento da situação económica e social. No desemprego que não pára de subir, na recessão económica que estamos a viver, na incapacidade do Governo para cumprir qualquer dos seus objectivos orçamentais", mas também "das necessidades de reforço da nossa acção no plano do debate sobre o futuro da Europa ou sobre a melhoria do funcionamento do nosso sistema político". "Infelizmente", sublinhou, "tal não pode acontecer plenamente", porque "dirigentes do PS e o próprio Partido estão, neste momento a ser alvo de acusações ou insinuações da maior gravidade para a sua honorabilidade pessoal e para o próprio prestígio do nosso partido".

Lição de coragem contra as calúnias

Acerca dessas acusações, Ferro

Rodrigues disse que só tinha uma palavra para as definir: "calúnia".

Calúnia que, disse, "depois de ter provocado a prisão preventiva do nosso camarada Paulo Pedroso, me pretende atingir também a mim".

Numa das passagens do seu discurso mais aplaudidas pelos socialistas, Ferro Rodrigues manifestou o seu "reconhecimento face à enorme lição de coragem e dignidade pessoal e política que Paulo Pedroso soube dar. Ele apenas pediu justiça e foi a ela que se confiou. Estou certo que lhe será feita e espero que tão rapidamente quanto possível". Mas, adiantou, "se ele apenas pediu a protecção da justiça, que ninguém estranhe que da nossa parte receba, igualmente, toda a solidariedade que a sua inocência e a sua nobreza de carácter merecem".

Referindo que já no dia anterior tinha manifestado a sua "indignação" pela associação que alguém fez do seu nome a "crimes hediondos", Ferro Rodrigues disse "que não foi apenas a notícia que todo o País viu num semanário deste fim-de-semana que divulgou esta associação".

É que, adiantou, "segundo o que os órgãos de Comunicação Social relataram amplamente, era já o documento que solicitou a libertação da imunidade parlamentar de Paulo Pedroso que me associava a tentativas de encobrimento de actividade criminosas".

Assim, "tenho de vos afirmar com toda a clareza, não me basta que se afirme que não sou suspeito de crimes. Como cidadão, mas igualmente como principal responsável de um grande partido como o PS, tenho o direito e o dever de saber toda a verdade", disse.

Só a verdade credibiliza a justiça

"Por que razões o meu nome é colocado nesta investigação? Que motivações estão por trás de quem o fez?", perguntou, para depois anunciar que

solicitará ser "ouvido para que se esclareça completamente que nada tenho a ver com nada relacionado com estas insinuações ou acusações". Reafirmando que "só nos interessa a verdade", salientou que "a verdade mas a verdade inclui saber quem nos pretende enlamear e porquê".

Para Ferro Rodrigues, "se a nossa sociedade, se a nossa justiça, se a nossa democracia não souber dar resposta a esta questão, então, quem sairá vitorioso serão os caluniadores, serão os que pretendem dinamitar a justiça ou os que pretendem impedir a investigação judicial séria e credível. Serão os que não hesitam perante nada, para servir interesses inconfessáveis".

E reafirmou que, neste processo, não há nenhum outro adversário, "senão quem dá origem a estas mentiras". "Queremos que a justiça funcione, nos termos da nossa lei e da nossa Constituição. Que a justiça funcione para todos", disse, sublinhando: "Não contem connosco para descredibilizar a justiça e qual quer investigação, nomeadamente aos crimes de pedofilia. Não contem connosco para qualquer mudança legislativa feita sobre pressão de quem quer que seja".

"Estamos disponíveis e interessados em participar na melhoria do sistema de justiça, no sentido do reforço da verdade, da segurança de todos e da protecção dos mais frágeis", disse. Mas, frisou, "apenas o faremos com a serenidade do normal funcionamento do processo legislativo".

"Comungamos de todos os apelos à serenidade. Mas ninguém pense que isso significa, da nossa parte, menor determinação, qualquer hesitação na exigência do esclarecimento da verdade. Também a ela temos direito como qualquer cidadão", afirmou, porque "a mentira que nos atingiu é da maior gravidade, porque não aceitamos menos do que a Constituição concede a qualquer cidadão em matéria de direito à privacidade, queremos justiça. Estamos do lado da justiça e da

democracia e só delas, que ninguém tenha qualquer ilusão a esse respeito". É por isso que, disse, "queremos saudar com toda a sinceridade a disponibilidade do senhor procurador para reunir com o nosso líder parlamentar. Apenas queremos que a justiça conheça as nossas razões, porque elas são sérias e fundadas".

PS activo e dinâmico

Perante a Comissão Nacional, fez um firme apelo a todo o partido, "não apenas para que se una num momento em que nos atacam, mas, principalmente para que, retomemos com todo o vigor a nossa acção como grande partido que somos".

"Como grande força da oposição, continuaremos e reforçaremos o nosso trabalho parlamentar que irá ter um momento alto nas Jornadas Parlamentares de Junho. Continuaremos a preparação das próximas batalhas eleitorais. Continuaremos o trabalho de renovação do nosso partido", garantiu. Ferro Rodrigues terminou a sua intervenção prometendo "determinação política, frontalidade e uma inabalável vontade em vencer esta crise que nos atinge a todos nós. Seremos serenos, racionais e responsáveis". Mas, sublinhou, "não me peçam para apagar a minha emoção, quando a ela tenho direito".

Esclarecer as escutas telefónicas

Outra vertente deste caso prende-se com as escutas telefónicas. Esta questão foi objecto de análise na reunião da Comissão Política de 22 de Maio, tendo ficado aí claro que o PS estava indignado e preocupado com o facto de os seus principais dirigentes, bem como de altos responsáveis terem estado sob escuta.

Sublinhando a total confiança na inocência de Paulo Pedroso no caso da Casa Pia, Manuel Alegre, porta-voz

da Comissão Política, condenou veementemente as "abusivas e inconstitucionais intromissões na acção política", através da escuta telefónica de telecomunicações de Ferro Rodrigues e António Costa, lembrando que estes dirigentes não são sequer suspeitos na

judicial" mediante "a manipulação de testemunhos" que visam a "falsificação de provas". "Se assim for, ninguém julgue que pode contar com a nossa transigência", advertiu, garantindo que se a acção pretender atingir o PS, os socialistas

sentido cívico com que o camarada Paulo Pedroso respondeu àquilo que, estamos certos, é uma ignóbil calúnia", bem como o seu agradecimento "a todos os socialistas e os não socialistas, tantos deles amigos e colaboradores do Paulo Pedroso,

que este não seja um acto isolado". Com essa calúnia, segundo o líder socialista, "pretendeu-se manchar, também, a honra e a credibilidade do PS", e lança o alerta: "Sabemos que o nome do secretário-geral do PS foi já insinuado como fazendo, igualmente,

Nacional, "toda a verdade tem de ser apurada e quando for, como estamos certos que será, provada a inocência de Paulo Pedroso, haverá que identificar quem e porquê lançou lama sobre a honra de quem não o merece". Neste processo, "de enorme gravidade",



investigação sobre pedofilia.

"O Partido Socialista é obrigado a exigir que seja completamente esclarecido porque razões foram estes dirigentes sujeitos a escutas telefónicas. Exigimos saber que comunicações foram escutadas, quem as autorizou, quem teve acesso à informação recolhida e qual o destino que foi dado às gravações".

No comunicado, frisa-se que "a justiça democrática não pode conviver com semelhantes riscos que põem em causa princípios constitucionais fundamentais e o regular funcionamento das instituições".

A voz solidária de Manuel Alegre fez-se ouvir na afirmação de que "todos os socialistas se sentem um pouco na cadeia", numa referência à actual situação do porta-voz do partido.

Sobre a incriminação do notável dirigente socialista, Alegre disse que a Comissão Nacional afirmou "a sua plena confiança na total inocência do camarada Paulo Pedroso", manifestando ainda "apeço pela dignidade e elevado sentido ético com que enfrentou esta situação".

"Confiamos na justiça do nosso país, mas tal não nos pode eximir de lutar para que este processo, tal como qualquer outro, seja tratado com celeridade, rigor e isenção", declarou Manuel Alegre, lembrando que "o PS tem o direito e até o dever de pugnar permanentemente pelo melhor funcionamento do sistema de justiça, no seu todo, nas suas componentes e na articulação entre estas".

O combate de Ferro

"O Partido Socialista reafirma que teme que com esta acção caluniosa haja quem pretenda desacreditar o sistema de justiça português, o processo de investigação sobre pedofilia e o próprio Estado de Direito democrático", informou, alertando de seguida para o que considerou ser uma "tentativa de intoxicar o sistema

"darão uma luta sem tréguas na defesa da honra, da dignidade e do Estado de Direito".

No próprio dia da detenção de Paulo Pedroso, o Secretariado Nacional manifestou a sua "profunda preocupação com a forma como a calúnia" contra Paulo Pedroso, "foi montada". Numa conferência de Imprensa no final da reunião, Ferro Rodrigues afirmou não ter dúvidas que com essa acção caluniosa "pretendeu-se manchar, também, a honra e a credibilidade do PS", e prometeu tudo fazer para descobrir quem montou e porquê toda esta trama. "Este será o combate da minha vida", disse.

Num comunicado do Secretariado Nacional, lido por Ferro Rodrigues, o PS manifestou o seu "profundo reconhecimento pela dignidade e

que nas últimas horas se nos dirigiram saudando a sua atitude política".

O PS, através do seu Secretariado Nacional, "associa-se plenamente àquele que foi o sentido mais profundo da posição pública do nosso camarada: exigir que toda a verdade seja conhecida", refere.

"Paulo Pedroso é um cidadão, cidadão como qualquer outro. No plano da justiça, merece o que todos os cidadãos merecem. Como ele disse 'o direito ao seu bom nome, direito a proteger a sua família e o direito à verdade'", afirmou Ferro Rodrigues, que se encontrava acompanhado de quase todos os membros do Secretariado Nacional do PS.

"O PS manifesta a sua preocupação com a forma como esta calúnia foi montada", referiu, acrescentado rezear "seriamente

parte do processo, inclusivamente com a montagem de testemunhos de que desconhecemos os contornos".

Luta sem tréguas

"Tememos que, com esta acção caluniosa, haja alguém que queira desacreditar o sistema de justiça português e, mais concretamente, o processo de investigação sobre pedofilia. Se assim for, contarão com a nossa oposição determinada", afirma o secretário-geral, sublinhando que "se esta acção pretende, principalmente, atingir o PS, como grande partido do regime democrático, apoiado por milhões de portugueses, daremos uma luta sem tréguas na defesa da nossa honra, da nossa dignidade e na defesa do Estado de Direito". É por isso que, adverte o Secretariado

o PS garante que "permanecerá firme na defesa da verdade. Não damos guarida a quem prevarica ou se recusa a assumir responsabilidades. Mas seremos totalmente solidários com qualquer de nós que for acusado injustamente".

Sobre a situação de Paulo Pedroso, Ferro Rodrigues afirmou que a justiça "tem de actuar com seriedade, solenidade e rigor", acrescentando que o PS "não permitirá que este caso dê origem a uma suspeição generalizada, ou a um clima de julgamento popular. Queremos e merecemos a verdade e só a verdade", declarou.

"O PS não se deixará abater como grande partido da oposição, como força de referência das liberdades democráticas e dos direitos constitucionais", disse ainda o líder socialista.

ATINGIDO PELA CALÚNIA

PAULO PEDROSO CONFIA NA JUSTIÇA

Continua detido preventivamente o nosso camarada Paulo Pedroso, acusado de alegado envolvimento no processo de pedofilia da Casa Pia. O advogado do antigo porta-voz do PS, Celso Cruzeiro, só está à espera que lhe seja facultada a transcrição das escutas telefónicas para apresentar recurso da prisão preventiva. Estes elementos do processo são fundamentais para o recurso de impugnação da prisão preventiva, em fase final de elaboração, que deverá ser entregue até sexta-feira no Tribunal de Relação de Lisboa.

Recorde-se que desde a primeira hora, mal foi conhecido no dia 21 de Maio o pedido de levantamento da imunidade parlamentar, por parte do juiz de instrução criminal, Paulo Pedroso mostrou-se de imediato disponível para total colaboração com a justiça.

Em conferência de Imprensa realizada na Assembleia da República, poucas horas depois de ter tomado conhecimento do pedido de levantamento da imunidade



parlamentar, Paulo Pedroso afirmou haver já dez dias que lhe tinham chegado "informações credíveis" de que contra ele eram lançadas acusações que o relacionavam com o escândalo da pedofilia. E revelou ainda que queriam ouvi-lo "como arguido" no processo da Casa Pia e acionar "eventualmente a prisão preventiva".

Paulo Pedroso, que se encontrava acompanhado por Ferro Rodrigues e António Costa, anunciou que abandonava os cargos partidários, que solicitava o levantamento da imunidade parlamentar e que, se tal não fosse concedido, pediria a suspensão do mandato, pedido que veio de facto a acontecer na passada quinta-feira.

Depois de dizer saber "como estão gastas as declarações de inocência", assegura nunca ter participado "em qualquer acto de pedofilia ou em qualquer acto como tal assimilável", e afirma-se "completamente disponível para todos os esclarecimentos" sobre toda a sua vida "que a justiça pretenda obter".

Paulo Pedroso sublinhou que não lhe basta "ser declarado inocente", adiantando que não desistirá de lutar, "seja pelo tempo que for, por todos os meios" ao seu alcance, "para que sejam identificados, julgados e punidos os responsáveis por esta infame calúnia".

A seu lado, Ferro Rodrigues declara-se "indignado" e promete "não vergar" na responsabilização dos caluniadores, enquanto António Costa afirma ser "motivo de orgulho o comportamento" de Pedroso ao pedir de imediato o levantamento da imunidade parlamentar.

NOVAS POLÍTICAS

PS DEBATE ALTERNATIVAS PARA A QUALIDADE DA DESPESA PÚBLICA

Para uma rigorosa avaliação de despesa, anualmente, Portugal precisa de ter um pré-orçamento em Maio e de contar com um cenário macroeconómico projectado por especialistas.

Estas as ideias centrais deixadas por conceituados economistas nacionais, reunidos, no passado dia 27 de Maio, no Parlamento, para debater a "Qualidade da Despesa Pública", no âmbito do ciclo de colóquios "Novas Políticas", promovido pela bancada do PS.

O conceito de pré-orçamento foi defendido por Silva Lopes, que propôs uma maior exigência no enquadramento da lei orçamental.

Para o economista, "haveria vantagens em efectuar experiências-piloto em vários serviços para evitar a tentação dos governos recorrerem a cortes cegos nas despesas".

Silva Lopes atacou duramente os *lobbies* da despesa pública e defendeu em particular que a lei das finanças locais e regionais "têm de ser totalmente revistas". O sentido da revisão, pomenorizou, é o de forçar a ligação das decisões de despesa das autarquias locais com as suas decisões de receita, uma vez que "a autonomia de despesa sem responsabilidade na receita não funciona".

"Se as autarquias querem gastar muito,



lancem impostos sobre os seus eleitores", disse.

Depois de sustentar que "algumas autarquias até deviam ser fundidas", Silva Lopes manifestou-se partidário da ideia segundo a qual deveria de conceder-se um mínimo fiscal às câmaras – como 20 por cento das receitas do imposto sobre rendimento das pessoas singulares (IRS) – com o resto das necessidades financeiras das autarquias a serem preenchidas com recurso a receitas próprias.

Por outro lado, acrescentou, "sem medidas impopulares não se muda a Administração Pública", pelo que preconiza a existência de "indicadores de desempenho, uma vez que há cursos que contam para promoções, em que os

indivíduos passam o tempo a ler o jornal". Neste ponto específico, Fernando Pacheco, ex-secretário de Estado do Orçamento, adiantou que "temos um sistema de avaliação de desempenho que é muito bom no papel, mas que está subvertido".

Silva Lopes defendeu, também, a constituição de um grupo de gestão orçamental no Ministério das Finanças. Este ex-ministro das Finanças e ex-governador do Banco de Portugal criticou ainda o facto de o relatório da Estrutura de Coordenação da Reforma da Despesa Pública (Ecordep) não ter sido discutido publicamente com a projecção que achava que merecia, denunciando a existência de relatórios que o compõem que não

são públicos.

Já a consultora do Banco Português de Investimento, Teodora Cardoso, defendeu a limitação da variação da despesa pública num horizonte de quatro a cinco anos.

A proposta foi justificada com o facto de o actual sistema orçamental "permitir sempre uma fuga – ou se aumentam as receitas ou o défice, ou promovem-se reduções transitórias de despesa, como o congelamento de salários.

O recurso a uma visão de médio prazo foi ainda fundamentada com o tradicional desajustamento entre o cenário macroeconómico feito nas propostas de Orçamento de Estado e o que acaba por verificar-se.

Teodora Cardoso propôs que este cenário deveria resultar do trabalho de especialistas independentes. É que "as medidas de fundo exigem mudanças que têm de vir de fora do sistema".

A economista explicou ainda que um dos problemas que tradicionalmente têm afectado a economia nacional prende-se com o insucesso dos resultados do elevado investimento global, público e privado, que, apesar de ter uma das mais altas taxas a nível europeu, tem apostado sucessivamente em infra-estruturas e em equipamentos de indústrias obsoletas.

Segundo Teodora Cardoso, deve pois ser fixado um limite à despesa para evitar derrapagens e é urgente introduzir na economia portuguesa a noção de "oportunidade", uma vez que "só deste

modo será possível avaliar a qualidade da despesa e só assim se pode saber o que se gasta e para que se gasta".

Racionalizar investimentos

Da assistência, João Cravinho reconheceu que há muito a fazer, como, por exemplo, "racionalizar o que se faz".

Para melhorar a qualidade do investimento público, o deputado socialista defendeu que "os mecanismos de avaliação têm de ser enormemente reforçados e a avaliação tem de ser externa, não pode ser feita pelos próprios".

Outro participante, o parlamentar do PS Joaquim Pina Moura garantiu que para transformar despesa pública tem de se começar pela política, o que se depara com a falta de hábito político de discutir a qualidade da mesma.

"Isto, que é verdade em geral, é-o em particular para as despesas de investimento", sublinhou.

Com o mesmo objectivo de encontrar soluções de futuro para a economia e as finanças portuguesas, Ferro Rodrigues promoveu, a semana passada, num hotel da capital, um encontro entre empresários e economistas sobre os destinos da economia em Portugal, contando com as presenças de Francisco Van Zeller, Ludgero Marques, Paulo Teixeira Pinto, Pedro Ferraz da Costa, Vasco da Gama, Carlos Monjardino, Murteira Nabo e Miguel Beza, entre outros.

MARY RODRIGUES

JOEL HASSE FERREIRA DENUNCIA DESORIENTAÇÃO DA DESPESA

"Este Governo conseguiu com o seu discurso e a sua prática, reduzir brutalmente o investimento público e desencorajar o investimento privado e não tem evidenciado nenhuma capacidade de reformar a Administração Pública", acusou Joel Hasse Ferreira.

Para além da questão da redução do investimento, "que demonstra alguma desorientação nas formas de execução da despesa pública", o deputado socialista disse que "emergem algumas preocupações, no momento actual e nas perspectivas futuras, quanto aos custos da Saúde".

Intervindo durante o debate parlamentar sobre a execução e orientação da despesa pública, o parlamentar socialista considerou que o relatório apresentado pelo Governo sobre esta matéria é uma "decepção", revelando que o Executivo de Durão Barroso "não tem perspectivas de futuro e apenas quer sobreviver julgando que não há vida para além do Orçamento. E tem que haver".

Com este relatório, adiantou, "evidencia-se a incapacidade do actual Governo não só em desenvolver como sequer em perspetivar o futuro deste País". Numa intervenção em que arrasou a ortodoxia financeira do Governo, Joel Hasse Ferreira referiu que o debate sobre a execução e orientação da despesa pública mais parece um debate sobre a "desorientação da despesa pública".

Apointando caminhos ao Governo, Joel Hasse Ferreira explicou que a despesa pública de um Estado como o nosso, deve ser orientada com uma quintupla preocupação de "de contribuir para um equilíbrio consolidado das contas públicas", de "reduzir gradualmente e de forma sistemática as despesas correntes com os encargos das Administrações, aumentando a sua eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e as empresas", e "orientar o investimento público, de forma a contribuir globalmente para o mais adequado desenvolvimento económico".

Para o deputado socialista, a despesa pública deve ainda ser orientada para "apoiar selectivamente o investimento privado, dinamizador da maior parte dos sectores da economia e garantir-lhe boas condições de funcionamento" e "assegurar o cumprimento das funções sociais do Estado".

J. C. B.

DESBUROCRATIZAR A ADMINISTRAÇÃO

SOCIALISTAS LANÇAM CARTÃO DO CIDADÃO

Um só cartão de características electrónicas poderá substituir os cinco exemplares que actualmente se amontoam no bolso dos portugueses. Esta a proposta apresentada pela bancada socialista como "caso exemplar" de desburocratização da Administração Pública e de poupança para o Estado. O projecto, debatido num colóquio promovido pelo GPPS, no passado dia 27, na Assembleia da República, pretende juntar num só *chip* dados referentes ao actual Bilhete de Identidade e cartões de Contribuinte, de Utente, da Segurança Social e de Eleitor.

Para o líder da bancada do PS, António Costa, trata-se de simplificar a vida dos cidadãos na sua relação com a administração pública, e, simultaneamente, oferecer um melhor serviço. Agendado para debate parlamentar no dia 5 de Junho, o projecto de lei do PS prevê que, com esta medida, o Estado consiga gastar um terço do que despense actualmente em material de identificação de cidadãos, passando de 15 euros para cinco. Essa poupança



seria atingida com a eliminação da quintuplicação de documentos de identificação actualmente existente.

Com este diploma, os socialistas pretendem contribuir para a "modernização, racionalização e maior eficácia da administração pública".

"Desde logo, o Estado poderá poupar milhões de contos, eliminando a actual multiplicidade de formas de produção e emissão de cartões de serviços

públicos tão importantes como os de identificação civil, fiscal, segurança social e eleitoral", lê-se na exposição de motivos do diploma do PS.

A intervenção do conjunto de peritos convidados para o colóquio tentou explicar de que forma o novo cartão não representa uma ameaça para a protecção de dados do cidadão.

O deputado José Magalhães definiu-o como "um cartão inteligente, mas não demasiado inteligente", preparado para "evitar certo cruzamento de dados".

Já José Manuel Valença, da Universidade do Minho, falou dos requisitos legais e das definições europeias para este tipo de cartão.

Por seu turno, Alcino Cunha, da mesma instituição, enumerou os países onde começaram a ser utilizados ou que estão ainda em fase de experiência-piloto.

Refira-se que a Finlândia é o país onde o processo está mais avançado, tendo Portugal mantido contactos para acompanhamento da experiência até 2001.

M.R.

LEI DE BASES DA EDUCAÇÃO

PS REJEITA SELECÇÃO PRECOCE DE ALUNOS

O PS exige um largo consenso e um debate sereno para se proceder à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, em vigor desde 1986. Mas consenso não significa aprovar a recém-divulgada proposta de lei do Governo sem antes a confrontar com os projectos apresentados pelas diferentes forças parlamentares. Os socialistas avisaram já que não pactuarão nem com a selecção precoce dos alunos nem com a violação dos direitos dos professores.

"Consenso quer dizer que todos os grupos parlamentares devem criar condições para que todos os projectos sejam objecto de discussão pública e parlamentar", sendo necessário fazer um percurso no sentido da construção e de "consenso social e político", esclareceu Augusto Santos Silva, durante a conferência de Imprensa realizada no passado dia 29 de Maio, no Parlamento, para apresentar o projecto do PS.

Concordando com o alargamento da educação ou formação obrigatórias até aos 18 anos, os socialistas defendem que "é necessário que os jovens de 16 anos actualmente no mercado de trabalho tenham formação profissional". Trata-se, como explicou a deputada Ana Benavente, da extensão da obrigatoriedade de frequência de educação ou formação ao nível secundário ou, para os maiores de 16 anos que estejam empregados, da frequência de cursos e acções de formação profissional conducentes à obtenção de qualificação do mesmo nível. Recorde-se que o projecto socialista foi apresentado publicamente um dia depois de o Executivo de direita ter divulgado a sua proposta de Lei de Bases da Educação na qual aponta para o aumento da escolaridade obrigatória de nove para 12 anos a partir de 2005/2006 e que começa por abranger os alunos que frequentem o 5º ano naquele período lectivo.

O Governo pretende que o ensino básico passe a ter apenas dois ciclos (1º e 2º), sendo o 3º ciclo englobado no ensino secundário, mas o PS discorda por considerar que esta medida pode levar a uma "selecção precoce" dos jovens. O deputado Augusto Santos Silva, a este propósito, lembrou que "já houve tempo em Portugal em que a selecção se fazia aos 10 anos, agora faz-se no 10º ano" de escolaridade.

Para o parlamentar socialista, "se a proposta do Governo consiste em começar o secundário aos 13 anos de idade e se o ensino secundário tem várias vias, então isso significa uma selecção precoce".

Socialistas defendem valorização de competências

Quanto às soluções propostas pelos deputados socialistas, destaque-se que no diploma apresentado a semana passada dedica-se um capítulo à educação e formação de adultos, visando o "reconhecimento das competências adquiridas nos espaços profissionais".

"Reforçamos a ideia da certificação das competências adquiridas ao longo da vida", explicou Ana Benavente.

É igualmente defendida pelo PS a formação de natureza pós-secundária, quer ministrada nas escolas secundárias quer nos estabelecimentos de ensino superior.

Esta formação, segundo Augusto Santos Silva, tem como objectivo dar qualificação aos jovens que optaram por fazer apenas o ensino secundário e visa favorecer uma melhor articulação entre o ensino secundário e o superior.

O projecto socialista prevê igualmente a extensão da Acção Social Escolar aos alunos de todos os níveis de ensino, independentemente de frequentarem estabelecimentos públicos ou privados. "É a melhor forma de o Estado intervir no sentido de impedir que a ausência de recursos financeiros seja obstáculo à frequência de qualquer nível de ensino", assinalou Santos Silva.

Em matéria de Ensino Superior, a extinção dos bacharelatos não levanta problemas, mas a proposta socialista choca com a do Governo relativamente aos doutoramentos.

O projecto governamental propõe que apenas as universidades possam conferir o grau em questão. Já os socialistas defendem que a lei deve distinguir o politécnico das universidades, mas não deve colocar "limites administrativos" ao desenvolvimento do

ensino politécnico.

"Todas as instituições que tenham uma experiência acumulada e condições institucionais e humanas devem ser autorizadas a propor todos os graus, incluindo o doutoramento", disse Augusto Santos Silva, acrescentando que "algumas universidades públicas, várias privadas e muitos politécnicos talvez não tenham neste momento condições para garantir o doutoramento".

Todavia, ressaltou, "a lei deve garantir que quem venha a ter essas condições não seja proibido de as assegurar".

Fim do exame ad hoc

O PS defende também que sejam criadas condições para que novos públicos acedam ao ensino superior, acabando com o exame *ad hoc*, que considera estar esgotado, e criar provas de acesso em função da "maturidade e competências adquiridas pelos candidatos", a serem organizadas pelas instituições.

Apesar de defenderem o princípio da autonomia na gestão escolar e dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, os socialistas rejeitam uma desresponsabilização do Estado em matéria de serviço público para a educação dos portugueses.

A este propósito, Ana Benavente criticou que o Governo anuncie como grande medida o alargamento da escolaridade obrigatória e ao mesmo tempo tenham projectados cortes nas despesas com a educação.

"Parece impossível alargar o percurso escolar obrigatório e, simultaneamente, prometer que se vai gastar menos", observou, alertando para a urgência de se clarificar qual o verdadeiro esforço financeiro que uma medida como esta implicaria o País em termos de investimento.

"Não basta pôr na lei que todos tempos de completar o 12º ano de escolaridade. É preciso que isso passe, efectivamente, à prática e, para isso, é necessário mais investimento", rematou.

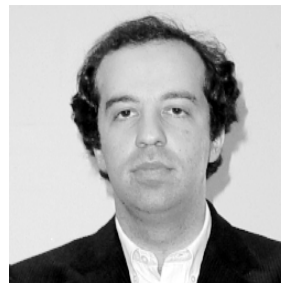
Augusto Santos Silva e Ana Benavente adiantaram, no final da conferência de Imprensa, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende promover "um conjunto alargado de audições públicas com os parceiros" educativos, com vista a auscultar as diferentes opiniões e sugestões, criando condições para um contributo válido para a concertação e o consenso.

MARY RODRIGUES

O País relativo

ESTADO DA NAÇÃO

A opção deste Governo foi deitar tudo fora, paralisar a modernização administrativa e desmotivar os funcionários. Em pouco mais de um ano, a desburocratização ficou na tutela do mais burocrático dos ministérios; as entradas e aposentações ficaram congeladas; os contratos de muitos jovens qualificados não foram renovados



FILIPE NUNES

O PS atravessa um momento difícil da sua História. Exigir, de cátedra, indiferença perante acusações e calúnias gravíssimas é ignorar a doutrina e a ética de um Partido Socialista. Não nos deixemos, pois, derrotar pelas análises precipitadas daqueles que parecem esquecer que representamos a confiança de quase 40 por cento dos portugueses. Como lembrou Ferro Rodrigues na Comissão Nacional, o PS, no parlamento, no gabinete de estudos, nas acções do secretariado, nas diferentes iniciativas, continua a trabalhar para tornar Portugal uma sociedade mais justa. Este é o melhor testemunho da nossa confiança inabalável no Estado de Direito Democrático e na

incógnita do Paulo Pedrosa, que reafirmaremos as vezes que for preciso.

Aproxima-se o debate do Estado da Nação. Será uma excelente oportunidade para avaliarmos um ano de governo de direita e para apresentarmos as nossas alternativas políticas. Portugal está, de facto, a perder: o desemprego não pára de aumentar, a economia entrou em recessão e os níveis de confiança dos portugueses bateram no fundo. Em pouco mais de um ano, desbaratou-se todo um património nas políticas de solidariedade e qualificação. A estratégia tem sido «governar contra o PS».

Na Administração Pública, por exemplo, havia todo um conjunto de medidas a que se poderia ter dado continuidade: sobre os institutos públicos, o recrutamento, a mobilidade, a organização da administração directa e a desconcentração. Todos sabemos que não pode haver sucesso nas políticas públicas sem um Estado moderno e uma Administração eficaz.

A opção deste Governo foi deitar tudo fora, paralisar a modernização administrativa e desmotivar os funcionários. Em pouco mais de um ano, a desburocratização ficou na tutela do mais burocrático dos ministérios; as entradas e aposentações ficaram congeladas; os contratos de muitos jovens qualificados não foram renovados; as leis orgânicas continuam à espera dos génios das consultadorias; nos hospitais e nas escolas, médicos e professores, porventura não vocacionados para a gestão pública, preparam-se para ser substituídos por familiares e amigos ainda menos recomendáveis. Note-se que nenhuma destas iniciativas contou com a participação dos representantes dos interessados. Foram todas, sem excepção, conhecidas, em primeiro lugar, nas redacções dos jornais.

Dizem-nos agora que este será «O ano da Reforma da Administração Pública». No âmbito das comemorações desta efeméride, o Governo prepara-se, segundo os jornais, para acabar com os concursos para cargos dirigentes intermédios. A revisão do estatuto dos dirigentes da função pública promovida pelo Governo PS teve, como já aqui escrevi, a grande vantagem de publicitar os currículos dos cargos dirigentes de topo. Hoje conhecemos o perfil dos directores-gerais: sabemos que são bastante qualificados do ponto de vista académico, mas não necessariamente preparados para a moderna gestão pública. Numa primeira análise, fica também claro que na administração tradicional predomina o corporativismo e uma falta de coragem reformista que só tem contribuído para aumentar os institutos públicos e os gabinetes ministeriais. Esta revisão do estatuto do pessoal dirigente teve, no entanto, como primeira orientação a ideia de condicionar as nomeações para cargos dirigentes intermédios, até aí recrutados por livre e espontânea vontade dos membros do Governo. É certo que muitos dirigentes intermédios em funções ainda não passaram por concurso; que os concursos, por vezes, são, como se costuma dizer, «feitos à medida»; e que dezenas de funcionários perdem as suas horas de trabalho nos «júris». É positivo que se agilizem os concursos. Uma solução seria, como propôs uma comissão nomeada pelo Governo PS, criar uma bolsa de funcionários com antiguidade e competências suficientes a partir da qual os directores-gerais pudessem escolher as suas chefias intermédias. Se for este o caminho, muito bem. Agora, parece-me errado contarem com o PS para que, em nome da agilização, se regressasse à politização das escolhas indiscriminadas por parte dos membros do Governo.

A questão dos dirigentes é, sem dúvida, das mais «mediáticas». Mas não nos iludamos. A reforma administrativa não se pode reduzir à polémica dos «boys». Não é nas lógicas de recrutamento dos dirigentes que nos afastamos das administrações mais modernas da OCDE. Nesse aspecto, há modelos para todos os gostos. O atraso da administração portuguesa manifesta-se, essencialmente, no centralismo, na descontinuidade entre ministros e governos, na fraca mobilidade, na baixa produtividade, na falta de qualificações e na ineficácia da administração. É, por aqui, que o PS tem que reconstruir a sua agenda para a reforma da Administração Pública, e não a reboque dos delírios desta direita lunática.

"NOVAS POLÍTICAS PARA A COMPETITIVIDADE"

SEMINÁRIO PASSA A LIVRO

O livro "Novas Políticas para a Competitividade", que reúne as comunicações apresentadas no seminário com o mesmo nome realizado em Novembro e Dezembro do ano passado, foi lançado, no dia 27, na Assembleia da República. Esta iniciativa do GPPS, editada pela Celta, contou com a presença do

secretário-geral Ferro Rodrigues, do líder da bancada António Costa, da deputada Elisa Ferreira e do docente universitário Vitor Santos, a quem coube a tarefa de apresentar a obra.

Na ocasião, Vitor Santos alertou para o risco de Portugal "perder o momento da recuperação da economia europeia se nada for feito em relação à

competitividade".

Criticando o Executivo de Durão Barroso por centrar as políticas públicas na redução do défice orçamental, Vitor Santos defendeu a concessão de maior atenção às questões estruturais, de médio e longo prazo, através do estímulo à inovação e à qualificação dos recursos humanos.

M.R.

POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO

BALANÇO DE UM ANO DE GOVERNO PSD/PP

Na área de imigração o Governo PSD/PP usou (e, por vezes, ainda usa) o slogan "laxistas nas entradas e desumanos na integração" para atacar a governação do PS.

- As entradas de estrangeiros e a sua permanência em Portugal estão consignadas na "Lei de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros" vulgarmente chamada "Lei dos estrangeiros" – actual Decreto-Lei nº 34/2003 de 25 de Fevereiro – que este Governo se apressou a rever com o objectivo propagandeando de "nunca mais admitir a entrada de um único estrangeiro em Portugal sem autorização legal", objectivo com o qual também estamos de acordo.
Mas, como disse o deputado Vitalino Canas, o Governo PSD/PP "preferiu perder meses a alterar a lei, em vez de a aplicar com rigor, preferiu mexer nas vírgulas, mudar de sítio alguns artigos em vez de dar melhores meios ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, de lançar um programa de reforço e agilização dos consulados para facilitar a imigração legal, de desburocratizar e dar celeridade ao processo de decisão dos pedidos de visto de trabalho, de criar ou consolidar programas de integração dos imigrantes".
- Esta posição numa situação de fronteiras abertas no interior da União Europeia pretendia, pretensamente, admitir que a entrada legal de estrangeiros só acontecesse nos casos em que os estudos de mercado revelassem ser necessários a Portugal e para áreas profissionais identificadas.
Em que é que o Governo PSD/PP se empenhou em alterar a "Lei de Estrangeiros", no maior dos segredos, às escondidas dos sindicatos e das associações empresariais e às dos imigrantes?
Em alguns aspectos que achámos positivos, como por exemplo o reforço e a diversificação das penalizações dirigidas a quem lucra ilegítimamente com o tráfico e a promoção da imigração ilegal, a desburocratização da renovação das autorizações de residência (AR) temporárias, a diminuição dos períodos necessários para a obtenção de residência permanente, o que justificou a posição de abstenção do PS.
Contudo, o Governo apressou-se a concretizar propostas que a nosso ver facilitam a imigração ilegal, ao contrário do que é dito e, isso sim, deita por terra as esperanças de inserção na sociedade portuguesa de milhares de imigrantes. A alteração mais gravosa foi a eliminação, sem alternativa, das autorizações de permanência (APs), figura consignada na anterior Lei e que possibilitava resolver a situação de ilegais, já em território nacional, com trabalho efectivo, com contrato de trabalho e, logo, que as leis de mercado demonstravam ser necessárias ao desenvolvimento social e económico português.
Uma autorização de permanência (AP), sendo anual, permitia resolver as situações de estrangeiros ilegais em Portugal mas economicamente inseridos sem o recurso a "legalização extraordinárias", com os custos que tal situação acarreta e com a motivação que elas sempre prometem junto dos traficantes e das máfias e que atraem ilegais nos países que a levam a cabo.
A AP, pela sua natureza, era ela mesmo um dos importantes mecanismos de controlo dos ilegais em Portugal, porque permitia a triagem dos imigrantes que se inseriam economicamente mas também lhes abria acesso, ao fim de cinco anos, à obtenção de uma AR (autorização de residência).
- É visível, ao fim de um ano, que esta política falhou. É hoje público, em notícias na comunicação social que o actual Governo parece agora admitir a possibilidade de recurso a uma "legalização extraordinária" envergonhada ("Expresso", 23 de Maio de 2003).

Os factos falam por si.

Contudo, a falência desta política no controlo das entradas não se fica por aí. O pretensão "rigor" do PSD/PP levou a que, ainda há poucos dias, o Governo recusasse a entrada e o estatuto de refugiada a uma cidadã queniana que, por esta via, procurava eximir-se ao ignóbil destino da "mutilação genital feminina". O Governo, no que respeita ao controlo das entradas, mostra a sua desorientação e apresenta-se sem rumo e desumano.

- A integração dos imigrantes é um processo mais ou menos longo, que exige tempo e acções políticas diversificadas, de que destacamos:
 - No que respeita à informação dos direitos e dos deveres dos imigrantes*
O Governo do PS, no âmbito do programa RENIME – Rede Nacional de Informação aos Imigrantes, preparou e concretizou formas de contacto e informação directa para os imigrantes em várias línguas, inclusive o inglês e o russo, que agora o Alto Comissariado para os Imigrantes e Minorias Étnicas (ACIME) vem concretizar, alargando alguns aspectos como, por exemplo, a abertura da "linha SOS imigrante" e a instalação dos dois CNAI e CLAI – Centros Nacionais e Locais de Apoio aos Imigrantes.
É útil que se prossigam estas medidas de informação aos imigrantes num plano de proximidade com os mesmos mas as tão propagandeadas "novas" medidas deste Governo constituem mera continuidade do trabalho do Governo PS.
 - No que respeita à formação e qualificação dos imigrantes*
O Governo do PS, na sequência de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, desenvolveu programas que incluíam inúmeras ofertas de formação profissional dos imigrantes, participadas também pelas suas associações representativas. Estamos a falar, por exemplo, do programa "Portugal Acolhe" (capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e conhecimento da cultura portuguesa e dos direitos básicos de cidadania) e do programa "Escolhas" – (prevenção da criminalidade e inserção dos jovens de bairros mais vulneráveis).
Não tendo encerrado estes programas, o empenhamento do Governo do PSD/PP também aqui nada apresenta de novo que não seja a continuidade do trabalho do Governo do PS, mas sobretudo tem-se revelado sem alma e sem esforço, pelo que podemos considerar o trabalho deste Governo como *omisso na integração*.
- O estudo sobre as problemáticas das comunidades imigrantes foi uma preocupação do Governo do PS na sequência do Protocolo estabelecido com o então Ministério da Ciência e Tecnologia, visando dotar o Governo de orientação para a tomada de decisões.
O actual Governo criou o Observatório da Imigração com vista a esse mesmo objectivo, tendo até ao momento realizado três estudos, um dos quais em colaboração com o Observatório da Comunicação e outros dois com a Universidade Católica.
Contudo, na sequência desses estudos, não houve até agora nenhuma tomada de decisão política concreta, pelo que aqui também podemos concluir que o Governo é *omisso na integração*.
- Em suma, o balanço que é possível ser feito deste primeiro ano de governação da direita relativo à imigração é o de um Governo PSD/PP, este sim, *sem rumo e desumano nas entradas e omissos na integração dos imigrantes*.

CELESTE CORREIA

DEPUTADA DO PS

Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____



Acção
Socialista



SAMPAIO COM DÚVIDAS

CÓDIGO DO TRABALHO E LEI DOS PARTIDOS ENVIADOS PARA O TC

São sete as razões fundamentais que levaram o Presidente da República a pedir a fiscalização preventiva da nova legislação laboral. Sampaio pretende que sejam desfeitas todas as dúvidas sobre a constitucionalidade do Código do Trabalho e da Lei dos Partidos Políticos antes de promulgar estes diplomas legais.

Em relação à legislação laboral, no requerimento enviado aos juizes-conselheiros, Jorge Sampaio quer que o Tribunal Constitucional se pronuncie, desde logo, acerca da "possibilidade de a entidade empregadora se opor, em certas circunstâncias, à reintegração do trabalhador ilicitamente despedido".

Outra das normas referida como susceptível de inconstitucionalidade reside na possibilidade de a entidade empregadora, baseada em justificações demasiado vagas, poder exigir aos trabalhadores informações sobre o estado de saúde ou de gravidez.

O Presidente quer ver também esclarecida a conformidade constitucional da norma que prevê a caducidade das convenções colectivas em vigor sem que esteja garantida a entrada em vigor de novas convenções, receando o risco de "vazios contratuais".

A possibilidade de os sindicatos se poderem comprometer, nas convenções colectivas, a aceitar limitações ao direito a declararem greve suscitou igualmente dúvidas ao Presidente da República.

Outra norma que Sampaio quer ver fiscalizada é a possibilidade de as



convenções colectivas ou regulamentos administrativos poderem afastar a aplicação de direitos e garantias consagrados na lei. No texto, o chefe de Estado afastou ainda qualquer responsabilidade quanto a "eventuais atrasos na entrada em vigor do diploma", recordando de seguida que o diploma lhe foi enviado com atraso: "De resto, é também no mesmo sentido de avaliação ponderada de todos os aspectos do diploma em causa que interpreto a atitude da Assembleia da República quando, embora tendo aprovado o Código em votação final global em 10 de Abril, o reteve ainda até 16 de Maio

para ultimar a sua redacção", afirmou.

Lei dos partidos: garantir direitos das minorias

No que respeita à lei dos partidos, o Presidente da República quer ver esclarecidos três pontos. Desde logo a obrigatoriedade do voto secreto nas eleições partidárias e a extinção dos partidos que não concorram duas vezes seguidas a eleições gerais.

No requerimento que sobre este diploma enviou para o Tribunal Constitucional, o Jorge Sampaio afirmou que "importa sobremaneira garantir que os direitos das

associações ou partidos políticos minoritários não sejam ilegítimamente afectados".

O Presidente da República quer ver esclarecido se a norma que prevê a extinção dos partidos que não se apresentem por duas vezes seguidas a eleições "não constitui uma restrição excessiva da livre prossecução dos fins associativos" e da "liberdade de decisão e organização internas".

Em relação à norma que prevê a obrigatoriedade do voto secreto em eleições partidárias, o Presidente da República quer dissipar dúvidas na medida que se pode estar em face de

"uma regulamentação excessiva comprometedor da autonomia partidária".

"A destituição de titulares de órgãos partidários por efeito de condenação por crime de responsabilidade ou por efeito de condenação por participação em associações constitucionalmente proibidas" coloca também sérias reticências ao Presidente, uma vez que pode estar em causa "a perda de direitos", dado que segundo o nº 4 do artigo 30º da Constituição "nenhuma pena envolve como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos".

RUI CUNHA

NOVA LEGISLAÇÃO LABORAL É CONTRÁRIA À CONSTITUIÇÃO

"O PS sempre esperou que o Presidente solicitasse a fiscalização preventiva do Código do Trabalho, que tem uma filosofia contrária à Constituição da República Portuguesa", afirmou o dirigente socialista Rui Cunha.

É que, sublinhou o secretário nacional com o pelouro do Trabalho, "por muito que o Governo tente minimizar esta questão, trata-se de sete artigos, com sete questões angulares, que na nossa opinião subvertem a Constituição, nomeadamente em matéria de contratação colectiva".

Por isto, "o PS congratula-se com a decisão do Presidente da República de enviar o novo Código de Trabalho para o Tribunal Constitucional, com o objectivo deste órgão verificar a constitucionalidade de alguns dos seus artigos", disse ao "Acção Socialista".



ALBERTO MARTINS

DÚVIDAS DO PRESIDENTE SÃO POSITIVAS

"A alteração ao funcionamento do sistema democrático deve ser feita com segurança e é positivo que o Presidente da República a acompanhe", esta a reacção de Alberto Martins, coordenador do PS para a reforma do sistema político, ao pedido de constitucionalidade da lei dos partidos políticos apresentada por Jorge Sampaio.

Dos três pontos que motivaram ao chefe de Estado o pedido de fiscalização preventiva do diploma, Alberto Martins recordou que o PS, na especialidade, votou contra o artigo que prevê a extinção de um partido que não concorra em dois actos eleitorais consecutivos para a Assembleia da República. Alberto Martins disse ainda compreender as dúvidas de constitucionalidade



manifestadas pelo Presidente da República no que respeita à possibilidade de um titular de cargo político poder ser destituído também do respectivo cargo de direcção partidária. "É um ponto que vale a pena ser apreciado e clarificado", sustentou o secretário nacional do PS.

No entanto, em relação às dúvidas do Presidente da República sobre a imposição do voto secreto nas eleições internas partidárias, Alberto Martins manteve a convicção que essa obrigatoriedade decorre da própria Constituição da República. "Para nós, a introdução do voto secreto na lei dos partidos é a confirmação de um preceito constitucional em matéria eleitoral", acrescentou ainda o coordenador socialista para a reforma do sistema político.

A HERANÇA (OUTRA VEZ!)

O primeiro Governo socialista definiu todos os objectivos essenciais e desenhou todos os instrumentos adequados para os atingir; ou seja, a herança está aí. É tudo uma questão (e vontade política) de a aproveitar.

Passou, provavelmente, à margem da discussão dos grandes temas da política nacional, mas nem por isso deixou de ter relevância na comunicação social.

Trata-se da proposta formulada pela APED (Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição) ao Governo, para, a troco da criação de 4000 a 5000 postos de trabalho, obter a completa liberalização no horário de funcionamento do comércio permitindo, nomeadamente a abertura ao domingo à tarde das grandes superfícies.

Colocado perante esta proposta aparentemente atraente (na situação actual a criação de 4000 a 5000 novos postos de trabalho (!) não é de desprezar), o Governo respondeu que o assunto não estava (nem está) na ordem de prioridades ou seja "em cima da mesa" para qualquer eventual negociação.

O Governo afirmou mesmo que a lei que actualmente se encontra em vigor, corresponde a um justo e adequado equilíbrio entre o interesse do consumidor e a protecção quer do legítimo direito de desenvolvimento da grande distribuição quer da defesa e modernização do pequeno comércio tradicional.

Sucedendo que a lei actualmente em vigor foi aprovada em Março de 1996, durante o I Governo de António Guterres e está associada à primeira crise governamental do Executivo socialista, pois a sua aprovação opôs o signatário (então secretário de Estado do Comércio) que era defensor do texto legal aprovado e o ministro da Economia dessa época.

A história dessa primeira crise governamental nunca foi verdadeiramente contada, não sendo esta a altura de o fazer, pelo menos pela minha parte. A "célebre questão dos horários do comércio", e, nomeadamente, o seu encerramento ao domingo, foi considerada o elemento fulcral dessa crise (em certo sentido para abafar o ruído e a responsabilidade de questões mais graves); por isso não deixa de ser significativo e estimulante verificar que o actual Governo aprova essa política e ao assumi-la rejeita por uma vez a atitude fixista de contrariar tudo que vinha do Governo anterior.

Convem, de resto, sublinhar que a questão dos horários do comércio constituiu apenas um elemento estrutural de uma política de comércio mais vasta e profunda que deveria desenvolver-se durante toda a legislatura e conduzir a verdadeiras transformações estruturais no sector.

Tudo estava, de resto, detalhado e esclarecido, quer no programa eleitoral, com o qual o Governo socialista se apresentou ao sufrágio de 1995, quer no Programa de Governo aprovado, nos termos constitucionais, na Assembleia da República.

Por isso se tornou mais dilacerante verificar que muita da oposição à medida e ao "suposto" mau relacionamento entre o ministro e o secretário de Estado, tenham sido alimentados no interior do Partido Socialista ou dos sectores que lhe eram politicamente mais próximos.

Recordo que muitos opinaram na altura sobre o assunto revelando, na minha modesta opinião, algum desconhecimento do que estava em causa e nomeadamente sobre a verdadeira diferença que opunha as concepções de política de comércio do Ministro e do Secretário de Estado.

O equilíbrio da solução encontrada, reconhecido pelo actual Governo permitiu, inequivocamente, pacificar um sector económico que estava em 1995 à beira da ruptura social, (o que foi compreendido muito bem por Guterres no período da campanha eleitoral) e constituiu uma boa base de partida para as modificações legislativas e regulamentares de que o sector carecia e carece para ultrapassar os seus estrangulamentos e eliminar as suas dificuldades.

Contudo, o elemento essencial dessa política não é a questão dos horários do comércio mas sim a alteração profunda das actuais leis de concorrência (ajustando-as às boas práticas vigentes na generalidade dos países europeus) e nomeadamente a alteração das normas regulamentares que permitem interpretações totalmente desajustadas do espírito da legislação existente ou que deve ser criada.

Não há, irremediavelmente, um conflito insanável entre consumidores e comércio tradicional (ou de proximidade) e a grande distribuição. É perfeitamente possível, com tempo e vontade política, conciliar todos os interesses e todas as aspirações.

A condição de partida era, contudo, naturalmente a pacificação do sector: ora a lei que regula o horário do comércio ao fim de semana (independentemente de outras considerações) foi um elemento absolutamente indispensável para essa pacificação. Uma coisa diferente é a de analisar-se posteriormente (quer nos Governos socialistas, quer nos Governos que se seguiram) foram ou não elaboradas as políticas mais correctas, mais ajustadas e mais necessárias ao pleno desenvolvimento do comércio e à integração social da maioria dos seus agentes.

O balanço não é, infelizmente, positivo: matérias como o regime de autorizações para instalação de novas insignias ou desenvolvimento das actuais, formação profissional, rejuvenescimento dos agentes, fundos de pensões, articulação das missões das escolas de comércio com o tecido produtivo, parcerias com as autoridades locais e nomeadamente as autarquias, dinamização do associativismo, reforço e racionalização dos apoios e ajudas públicas, incluindo as de origem comunitária, colaboração da grande distribuição com os outros sectores produtivos nacionais, entre outras, constituem ainda os verdadeiros problemas do comércio.

O I Governo socialista definiu todos os objectivos essenciais e desenhou todos os instrumentos adequados para os atingir; ou seja, a herança está aí. É tudo uma questão (e vontade política) de a aproveitar.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS

TRÊS PERGUNTAS A PEDRO ADÃO E SILVA

O Partido Socialista vai participar no Fórum Social Português, um espaço plural de diálogo que terá lugar de 7 a 10 de Junho, na Cidade Universitária de Lisboa. O "Acção Socialista" colocou três questões a Pedro Adão e Silva, que representará o partido neste evento.

O que é o Fórum Social Português?

O Fórum Social Português é a expressão em Portugal dum processo de encontro, convergência e participação da cidadania organizada e das pessoas, independentemente da sua nacionalidade, que se revêem e subscrevem a Carta de Princípios de Fórum Social Mundial.

O Fórum não pretende representar o conjunto da sociedade portuguesa, mas sim, promover um espaço de encontro e diálogo entre as pessoas, organizações e movimentos existentes no País que se reconheçam nos seus princípios orientadores: a vontade de continuar a acreditar que um outro mundo é possível. Um mundo mais justo, mais equilibrado e em que a guerra não é a solução. O Fórum é essencialmente um momento de diálogo, onde se trocam e discutem experiências sem que, contudo, o Fórum, enquanto tal, comprometa qualquer dos seus participantes. Trata-se dum espaço de diversidade e de pluralismo, onde o diálogo e o debate entre os participantes não os obriga a nenhum entendimento final.

Durante três dias, em Lisboa, na cidade universitária, haverá um local onde todos, mesmo aqueles que tradicionalmente estiveram de costas voltadas, encontrar-se-ão para debater, de forma descomprometida, a ambição de construir



um outro mundo. Essa experiência será tanto mais importante, quanto maior participação e envolvimento houver de todos os cidadãos que acreditam na possibilidade de continuar a construir uma sociedade portuguesa mais solidária e mais democrática.

Porque é que o PS decidiu aderir a este movimento?

Porque o PS deve estimular e estar presente em todos os espaços de discussão com a sociedade, mesmo que em muitos momentos existam divergências com as organizações e movimentos com os quais esse debate é estabelecido. A abertura do PS deve, também, fazer-se sentir na capacidade de estabelecer pontes com organizações da sociedade civil que, hoje em dia, assumem um papel cada vez mais relevante na sociedade portuguesa, intervindo nos mais variados domínios, desde as questões ambientais, passando pelos direitos das minorias, até à defesa da justiça social e de um mundo com mais e melhor emprego. O PS não se pode colocar à margem da pluralidade de organizações que estão envolvidas no

Fórum e deve mesmo ser um actor na promoção do encontro entre organizações, também elas pouco habituadas em dialogar entre si. Agora é evidente que o alargamento do tipo de organizações participantes no fórum, garantindo um maior pluralismo, deve ser o grande objectivo de próximos fóruns.

Quais os principais temas a discutir na reunião de 7 a 10 de Junho?

Para além das dezenas de mesas de controvérsia, de oficinas e de encontros culturais, cuja organização depende das entidades proponentes e onde se discutirão, de forma aberta, um sem número de temas, o fórum terá três grandes eixos agregadores, que reflectem preocupações comuns. Um primeiro, sobre democracia, cidadania e serviços públicos; um segundo, sobre a economia e os desafios que esta e, em particular, o mundo do trabalho enfrentam num contexto de intensificação da globalização; finalmente, um terceiro eixo, relacionado com a criação de uma nova ordem global em que a paz deve ser parte da solução.

PRESIDÊNCIA ABERTA

SAMPAIO ADMITE INTERVIR NO PROCESSO DA CASA PIA

Face à actualidade, o discurso do Presidente da República na sessão de abertura da conferência internacional "Direito e Justiça no Século XXI" acabou por marcar a "Presidência Aberta" que na última semana realizou no distrito de Coimbra.

Na sua intervenção, Jorge Sampaio avisou que tem os poderes suficientes para assegurar, se necessário, "regular funcionamento das instituições", incluindo os tribunais, no processo Casa Pia.

No entanto, o chefe de Estado salientou que, por enquanto, "não está em causa o regular funcionamento das instituições", apelando a "que cada um assuma as suas responsabilidades", mas prometeu que usará os seus poderes se for necessário.

Nestas "horas difíceis" que estamos a viver, Sampaio frisou que lhe cabe olhar para os acontecimentos como "garante do regular funcionamento das instituições", mas "de todas", sejam,



especificou, "a Assembleia da República, o Governo ou os tribunais".

E, adiantou, "as responsabilidades do poder judicial serão apreciadas em tempo e sede próprios, pelos tribunais superiores".

O Presidente da República disse ainda ter a "certeza" de que no processo Casa

Pia será feita justiça.

Num breve balanço da "Presidência Aberta" que realizou na área de Coimbra, Sampaio disse que o programa lhe permitiu ter "boas expectativas" quanto ao desenvolvimento do distrito. Apesar de ter conhecido de perto "algumas ansiedades" das populações e de alguns sectores da sociedade, referiu que lhe foram revelados "muitos projectos e oportunidades", manifestando-se, por isso, optimista quanto ao futuro dos 17 concelhos do distrito.

Defendendo que o "fosso" de desenvolvimento entre o interior e o litoral do distrito de Coimbra deve ser ultrapassado, Sampaio disse que um reforço das competências das autarquias deve ser acompanhado de um aumento das verbas disponíveis, mas não à custa da especulação imobiliária e da falta de ordenamento territorial, sendo necessário criar novos mecanismos de financiamento.

DIAS CINZENTOS**LIVRO APRESENTADO EM VISEU E GOLEGÃ**

O Gabinete de Estudos e Acções Sectoriais do Secretariado da Federação de Viseu realizou no dia 26 de Maio uma iniciativa sobre Educação, que contou com a presença da deputada Ana Benavente, que fez a apresentação do livro elaborado pelos deputados socialistas sobre Educação "Os Dias Cinzentos".

Responsável pela coordenação da obra, Ana Benavente referiu-se, entre outros aspectos, ao desinvestimento na Educação, à irracionalidade na constituição dos Conselhos Municipais de Educação, à redução do número de alunos imposta ao acesso ao ensino superior público e ao aumento das propinas. A deputada do PS insurgiu-se ainda contra o bloqueamento de inúmeros projectos, alguns dos quais que afectam o distrito de Viseu.

No final do encontro ficou definida a ideia de se organizar um grupo de reflexão permanente, de modo a que o PS/Viseu possa acompanhar a evolução de todo o sistema educativo no distrito.

Por seu turno, o coordenador para o Ensino Superior, Augusto Santos Silva esteve presente na Golegã onde também apresentou o citado livro, num jantar/debate promovido pela JS/Ribatejo.

**RIO GUADIANA JUNTA SOCIALISTAS ALGARVIOS**

A Federação do PS do Algarve juntou cerca de 300 militantes num encontro que teve como objectivo a subida do rio Guadiana até Alcoutim a bordo do barco "Peninsular" para observar as intervenções que as margens têm vindo a sofrer ao longo dos anos.

O secretário nacional Vieira da Silva, que esteve presente nesta iniciativa com os deputados José Apolinário, Luís Carito e Maria do Rosário Carneiro, salientou a importância do evento e considerou cumpridos os objectivos da jornada de chamar a atenção para as carências dos concelhos banhados pelo rio Guadiana.

**FEDERAÇÕES DO ALGARVE E ÉVORA CRIAM GABINETES DE ESTUDOS**

As Federações Distritais do Algarve e de Évora criaram Gabinetes de Estudos de âmbito distrital, abertos à participação de militantes e independentes que desejem intervir activamente na reflexão política. Serão constituídos grupos temáticos em função das preferências e apetências

de quem se inscrever, em domínios como o desenvolvimento regional, a agricultura e desenvolvimento rural, o ambiente, ordenamento e administração do território, a educação e formação profissional, as políticas sociais, a saúde, o património, a cultura e o turismo

**Agenda PS****COMISSÃO POLÍTICA**

Dia 11 de Junho – Reunião da Comissão Política para análise de temas europeus.

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 10 de Junho – Participa na Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal em Angra do Heroísmo.

Dia 15 de Junho – Visita a Feira Nacional de Agricultura de Santarém.

SECRETÁRIOS NACIONAIS

Dia 9 de Junho, 18h00

Pedro Adão e Silva participa num debate sobre "O Movimento Social e os Partidos Políticos em Portugal", no âmbito do Fórum Social Português que terá lugar em Lisboa.

No quadro desta iniciativa, Ana Gomes participa no painel "Um Outro Mundo Possível".

FEDERAÇÕES**ALGARVE**

Dia 4 de Junho – Reunião com o Bloco de Esquerda, no âmbito de um ciclo de reuniões com todos os partidos políticos da região.

Dia 5 de Junho, 19h00 – Reunião dos coordenadores dos grupos temáticos do Gabinete de Estudos federativo.

Dia 6 de Junho – Realiza-se em Monchique um jantar de trabalho sobre o novo funcionamento das CCDR e as modalidades de descentralização com os presidentes das câmaras municipais, primeiros vereadores do PS e ainda com a presença dos professores Adriano Pimpão e João Guerreiro.

REGIÃO OESTE

Dia 5 de Junho, às 21h00 – Debate sobre o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, com a presença do presidente da Federação José Augusto Carvalho e o arquitecto Hipólito Betteencourt, no Auditório D. Pedro V na Biblioteca Municipal de Mafra.

PS/MADEIRA

Dia 12 de Junho - Reunião do Secretariado Regional com a direcção Nacional do PS em Machico.

PS/AÇORES

Dia 13 de Junho - A convite do Secretariado do PS da Ilha de S.Miguel, o professor Moniz Pereira desloca-se a Ponta Delgada para proferir uma conferência sobre o Desporto na actualidade.

GRUPO PARLAMENTAR

Dias 15, 16 e 17 de Junho – Realizam-se na Madeira, as Jornadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista centradas na análise do Estado da Nação e na necessidade de novas políticas para Portugal.

WWW.
ps.
pt

VILA FRIA

PS VENCE COM MAIORIA ABSOLUTA

O PS venceu por maioria absoluta as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Vila Fria, Viana do Castelo, com 566 votos, contra 240 obtidos pelo PSD e 63 recolhidos pela CDU, o que significa a recondução do socialista António Santos na presidência da Junta.

Estas eleições intercalares resultaram da demissão de António Santos, vencedor das últimas autárquicas, e dos restantes elementos que integraram a lista do PS, em forma de protesto contra a postura de total obstrução da oposição que chumbava todas as propostas do Executivo. Uma relação de forças que agora se alterou radicalmente, com o PS a dispor de maioria absoluta, o que vai criar condições políticas para pôr em prática o seu programa eleitoral.

TORRES VEDRAS

DEPUTADO CONTRA ENCERRAMENTO DA MATERNIDADE

O deputado socialista José Augusto Carvalho dirigiu um requerimento ao ministro da Saúde a solicitar informações sobre o encerramento da maternidade do centro hospitalar de Torres Vedras.

José Augusto Carvalho quer saber se Luís Filipe Pereira tem conhecimento desta medida e se "reconhece os incómodos e riscos para as parturientes e para os nascituros, pelas distâncias que têm que passar a percorrer em situação de emergência".

Por outro lado, o parlamentar do PS acusa o governante de estar em falta perante a Assembleia da República, uma vez que assumiu o compromisso de entregar àquele órgão de soberania, um "Plano de Estratégia de Recursos Humanos na Saúde".

RESENDE

FEDERAÇÃO DE VISEU MARCA PRESEÇA NA FESTA DA CEREJA

A Federação Distrital de Viseu esteve presente na Festa da Cereja em Resende a convite do presidente da autarquia socialista, António Borges. O evento, que decorreu pela segunda vez consecutiva, tem como objectivos a promoção de um produto regional com relevância na economia local, a divulgação de Resende como destino turístico e a promoção sociocultural das suas gentes e dos movimentos associativos que a organizam.



PROJECTO DE RESOLUÇÃO

RESTOS MORTAIS DE MANUEL DE ARRIAGA NO PANTEÃO

A bancada socialista vai requerer a transladação para o Panteão Nacional, em Lisboa, dos restos mortais do primeiro Presidente da República eleito em Portugal, Manuel de Arriaga.

Iniciativa dos deputados Medeiros Ferreira e Luís Fagundes Duarte, o projecto de resolução do PS é também subscrito pelo presidente do PS, Almeida Santos, pelo secretário-geral Ferro Rodrigues e pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

"Queremos que a nossa iniciativa seja consensual entre todas as bancadas e que a futura comissão que se encarregará da transladação tenha a representação plural que se impõe", declarou Medeiros Ferreira.

CERCAL DO ALENTEJO

SOCIALISTAS DO LITORAL ALENTEJANO CONFRATERNIZAM



Pelo quinto ano consecutivo, a Aldeia do Cano, uma terra escondida onde ainda não chegou a rede de esgotos, recebeu os socialistas do litoral alentejano que ali voltaram a encontrar-se numa confraternização cujos foros de tradição começam a afirmar-se. Presente no encontro, Paulo Pedroso alertou então para "a grande operação" que estava a ser montada para "culpabilizar o PS por tudo o que de mau está a acontecer no País", e, acrescentou, "se estão desesperados então trabalhem e façam coisas, não se escondam atrás de perseguições e ameaças".

Conhecedor das acusações caluniosas que o iriam levar três dias mais tarde à prisão preventiva, Paulo Pedroso demonstrou a sua fibra ao centrar o

seu discurso no combate às políticas de Governo e na denúncia de que "há uma grave doença a instalar-se no nosso sistema democrático".

Na festa que reuniu cerca de duas centenas de militantes destacam-se as presenças de Fernando Costa, fundador do PS, da presidente da Federação de Setúbal e da Câmara do Montijo, dos presidentes de câmara de Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira e Alcochete, e dos deputados eleitos pelo círculo de Setúbal.

Pela secção do Cercal do Alentejo, à qual pertencem os militantes da Aldeia do Cano, falou Alexandre Rosa, para salientar que os socialistas tinham um caminho para os resíduos industriais perigosos que o actual Governo abandonou deixando o País e o litoral

alentejano sem soluções, considerando por isso que "a solução encontrada para as Lamas de Santo André constituem um crime ambiental".

Amélia Antunes, presidente da Federação de Setúbal, acusou o actual Governo de ser o mais conservador desde o 25 de Abril e comparou o desenvolvimento registado nas autarquias socialistas do litoral alentejano com a apatia que se verifica em Santiago do Cacém. Por isso, nas próximas eleições autárquicas, este concelho poderá mudar "se os socialistas forem capazes de se unir" para que o "sonho se concretize", afirmou. Na sua intervenção, a líder distrital reivindicou para Setúbal um lugar elegível nas listas do PS ao Parlamento Europeu.

GUARDA

ENCONTRO COM MILITANTES EM PINHEL

O presidente da Federação Distrital da Guarda, Fernando Cabral, deslocou-se no passado domingo a Pinhel, Freguesia de Lameiras, onde esteve reunido com todos os candidatos às últimas eleições autárquicas e militantes.

Durante o encontro foi feita uma avaliação da situação política no concelho e debateram-se estratégias para o reforço daquela concelhia. Entretanto os deputados socialistas eleitos pelo círculo da Guarda reuniram-se com os directores dos

Centros de Emprego e Formação Profissional de Seia, Pinhel e Guarda. Os parlamentares socialistas também tinham um encontro agendado com a direcção do hospital da Guarda que acabou por ser cancelado por "indisponibilidade" do director.

PS/MADEIRA ALERTA PARA COLIGAÇÃO DE DIREITA NA REGIÃO

O presidente do PS/Madeira afirmou que "neste momento, já nasceu, nas costas dos madeirenses, uma coligação de direita entre o PSD e o PP na Madeira". Num encontro com os militantes socialistas de Câmara de Lobos, Jacinto Serrão considerou tratar-

se de "uma coligação contra os madeirenses e negativa para a Madeira e para Portugal".

"Há um ano, Portugal caiu nas mãos de uma coligação de direita e veja-se agora, um ano depois, quais foram os resultados para os portugueses", disse,

lembrando também, entre outros aspectos, que há um ano, um partido dessa coligação, o CDS/PP, "andava de braço dado com os agricultores, mas um ano depois, esqueceu-se da enxada. E, pior ainda, virou as costas aos agricultores e à agricultura".

AMADORA**PALÁCIO DA BRANDOA VAI SER CENTRO DE JUVENTUDE**

A autarquia socialista da Amadora adquiriu o Palácio da Brandoa para o converter num espaço destinado aos jovens.

Com esta aquisição a Câmara Municipal pretende transformar o espaço num pólo de dinamização social e cultural para a população juvenil da Freguesia da Brandoa.

O Palácio da Brandoa, com 330 metros quadrados e logradouro, é um edifício do século XIX, que possui valor histórico e cultural para a freguesia.

MONTIJO**AUTARQUIA DISPONIBILIZA ESPAÇO PARA JOVENS**

A Quinta do Saldanha, no Montijo, vai acolher o "Espaço Jovem", uma iniciativa da autarquia socialista que visa proporcionar aos mais novos, espaços culturais e de lazer, como uma Bedoteca e áreas para concertos.

Com este novo espaço, os jovens poderão consultar e alugar livros e revistas de banda desenhada, para além de terem à sua disposição uma sala de estudo e uma zona com computadores com acesso gratuito à Internet.

No "Espaço Jovem" vão ainda funcionar os gabinetes da juventude e da sexualidade, onde os mais novos poderão encontrar orientação psicológica e médica.

**SINTRA****PS CONTRA AUMENTO DOS PASSES SOCIAIS**

Os vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Sintra apresentaram uma moção referente ao anunciado aumento do preço dos passes sociais pela ministra das Finanças.

Para os autarcas do PS, esta medida a concretizar-se revela "de facto a mais completa ausência de uma verdadeira política de transportes para as áreas urbanas, prejudicando brutalmente os municípios de Sintra".

A moção foi aprovada com os votos favoráveis do PS e da CDU e com os votos contra do CDS/PP e do PSD.

ALCOCHETE**CÂMARA QUER RECUPERAR NÚCLEO HISTÓRICO**

A Câmara Municipal de Alcochete vai alertar proprietários, inquilinos e comerciantes do núcleo antigo da vila para a necessidade de reabilitar a zona através da recuperação dos imóveis degradados e da dinamização do comércio local.

De acordo com o presidente da autarquia socialista, José Dias Inocêncio, esta iniciativa pretende "estagnar a continuada degradação do núcleo histórico e inverter uma tendência de desertificação, que ainda não é muito acentuada nesta zona". Para tal, o Executivo camarário aprovou a realização de vistorias aos edifícios degradados e a "isenção dos pagamentos de taxas de licenciamento e de ocupação de via pública, aos que tenham como objectivo seja o de levar a cabo a



conservação dos imóveis".

José Dias Inocêncio anunciou ainda que será constituído um Gabinete Técnico Local, que terá como funções "o acompanhamento e incentivo à recuperação dos imóveis".

JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA**ROSIHA DEFENDE CRIAÇÃO DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES**

A presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Maria da Luz Rosinha, exigiu a "urgente" aprovação do diploma que cria a Autoridade Metropolitana de Transportes, defendendo que só assim será possível acabar com os "monopólios" que existem no sector.

No final de uma reunião com o secretário-geral da European Metropolitan Transport Authorities, onde foi debatida a criação da Autoridade Metropolitana de Transpor-

tes, a autarca socialista defendeu que será possível acabar com "os monopólios em termos de transportes, definindo políticas, discutindo serviços e tarifas".

Maria da Luz Rosinha defendeu ainda uma maior aposta nos transportes ferroviário e fluvial, frisando que "o transporte ferroviário tem de ser de grande utilização, mas também é preciso cumprir horários e concluir as obras de quadruplicação da linha ferroviária".

PÓVOA DE LANHOSO**FECHO DE CONSULADO AFECTA CONCELHO**

A autarquia socialista de Póvoa de Lanhoso está preocupada com a decisão do Governo de fechar o consulado de Nancy, em França, que abrange a vila de Neves Maisons, com a qual está geminada o concelho.

"A decisão do Governo português de proceder a uma reestruturação da rede consular e à modernização dos consulados não deveria implicar o encerramento dos mesmos", afirma o presidente da autarquia, Tinoco de Faria, que manifestou a sua preocupação com as relações culturais, económicas e sociais de Portugal com a comunidade portuguesa residente em Neves Maisons.



O autarca socialista considera ainda que "todos os portugueses, e em particular os povoenses, residentes naquela região são confrontados com uma política economicista por parte do Governo, que reduz tudo a números em detrimento de pessoas".

Opinião**DESCENTRALIZAÇÃO UMA CONVERGÊNCIA POSSÍVEL?**

O designado pacote de descentralização proposto pelo Governo, para além do pecado capital de procurar tomar a "Nuvem por Juno", ou seja, confundir um patamar minimalista de descentralização com regionalização administrativa, tem como maiores fragilidades o casuismo e a discricionariedade implícita, quer no desenho dos novos territórios, quer no modelo de transferência de competências e financiamento da sua execução.

**CARLOS ZORRINHO**

A descentralização, enquanto princípio, faz parte do acervo daquilo a que se costuma designar por "consenso nacional". As propostas descentralizadoras em abstracto têm à partida uma aceitação favorável na opinião pública. São também geralmente consideradas pelos especialistas como um contributo positivo para a racionalização na Administração do Território.

Este facto não torna, no entanto, como a experiência tem demonstrado, particularmente fácil concretizar políticas concretas de descentralização. Trata-se dum domínio estrutural e estruturante, mas com fortes impactes conjunturais, e que por isso gera sempre fortes resistências e contradições de interesses, qualquer que seja o sentido da acção.

Estamos, por isso, perante uma área de exercício do poder em que a convicção e o gradualismo tem que ser duas faces da mesma moeda.

A regionalização como patamar avançado de descentralização, em que não apenas se transferem competências, mas também capacidade de coordenação de competências transferidas, pode ser concretizada por deliberação legal fundadora ou como resultado de um processo continuado de aprofundamento da confiança e da densidade descentralizadora.

Face ao resultado do referendo sobre a Regionalização, é avisado ensaiar agora o modelo gradualivo. Para que isso seja possível é fundamental que nem se aceitem os discursos tecnicamente infundados e politicamente falaciosos daqueles que afirmam que o pacote de descentralização proposto pelo Governo mata ou substitui a regionalização, nem que se cometa o erro oposto de desvalorizar em absoluto os pequenos passos descentralizadores que o pacote contém, e que reabrem na sociedade portuguesa um debate determinante.

O designado pacote de descentralização proposto pelo Governo, para além do pecado capital de procurar tomar a "Nuvem por Juno", ou seja, confundir um patamar minimalista de descentralização com regionalização administrativa, tem como maiores fragilidades o casuismo e a discricionariedade implícita, quer no desenho dos novos territórios, quer no modelo de transferência de competências e financiamento da sua execução.

Numa abordagem de síntese construtiva, duas peças complementares são fundamentais, para que se atinja o patamar mínimo de convergência capaz de dar sentido à reforma – uma nova lei de financiamento da administração local em sentido lato e um compromisso alargado por um modelo flexível e gradualista de criação de regiões administrativas, tendo por referência uma articulação entre os territórios dos distritos e as NUT III.

Para muitos, estas ideias de convergência serão interpretadas como uma cêdencia em relação aos princípios programáticos do PS e à interpretação directa da norma constitucional. Outros pelo contrário considerá-las-ão uma utopia inviável. Do meu ponto de vista, sintetizam apenas uma visão do possível a bem do futuro de Portugal.

Uma visão que pareceu merecer um apoio alargado no recente debate sobre o tema promovido em parceria pelo Grupo Parlamentar do PS, pela Fundação Antero de Quental e pela revista "Cadernos Municipais", e que pode e deve por isso mesmo constituir uma base de reflexão para a nossa acção política.

COMISSÃO ARRASA PRETENSÕES DO GOVERNO NA AGRICULTURA

A Comissão Europeia contrariou totalmente as expectativas do Governo português ao considerar que não é com o aumento das quotas de produção para a agricultura, mas sim com o reforço do desenvolvimento rural, que Portugal poderá resolver os problemas estruturais nessa área.

Esta posição da Comissão Europeia, agora divulgada num projecto de relatório, vem ao encontro daquilo que o Partido Socialista tem defendido para a reforma da Política Agrícola Comum e para o sentido que ela deve assumir no nosso país. Neste âmbito, o ex-ministro da Agricultura do PS, Capoulas Santos, afirmou que o relatório da Comissão Europeia vem demonstrar que a opção política do Governo é "errada".

Recorde-se que o Governo exigiu no último Conselho Europeu e no âmbito da discussão da reforma da PAC, que a União Europeia reconhecesse a especificidade da agricultura portuguesa, que se traduziu num pedido de aumento de quotas para algumas produções.

Capoulas Santos reconhece que quase tudo continua na mesma, embora salientando algumas melhorias que se verificaram nos últimos anos no domínio do vinho, hortícolas e frutícolas.

Para o ex-ministro do PS, a defesa do regadio, dos hortícolas e dos produtos com denominação de qualidade, são as áreas em que devemos apostar para inverter a actual situação de desvantagem. Esta situação foi precisamente herdada da reforma da PAC que em 1992 o Governo do PSD aceitou (durante a sua presidência da União) e para a qual contribuiu activamente, não obstante prejudicar a agricultura nacional.



PARECER DE MARIA CARRILHO

UNIÃO REFORÇA QUESTÕES DA IMIGRAÇÃO NO RELACIONAMENTO COM PAÍSES TERCEIROS

A necessidade de incluir as questões da imigração no relacionamento da União Europeia com países terceiros será o tema central de um parecer que a eurodeputada socialista Maria Carrilho irá fazer em nome da Comissão de Desenvolvimento do Parlamento Europeu.

O parecer de Maria Carrilho incidirá sobre as consequências que a imigração internacional tem nos países de origem e também na União Europeia, que é um dos destinos preferidos para muitos países em vias de desenvolvimento. O parecer abordará também a forma como esses países poderão ser ajudados a gerir os fluxos migratórios.

Entretanto, na última sessão plenária do Parlamento Europeu, a eurodeputada defendeu que a União Europeia devia fazer um esforço adicional para promover o acesso ao ensino em países que tenham saído de situações de conflito. Neste sentido, considerou de maior importância "o envolvimento dos actores locais como parceiros efectivos nos programas de educação e formação fomentados pela União Europeia, reforçando assim a prática da cooperação descentralizada". Referindo-se explicitamente à situação de países como Angola, Maria Carrilho defendeu que a União Europeia faça um maior esforço para implementar acções de formação para reintegração dos militares desmobilizados, independentemente de provirem de forças armadas ou de grupos de guerrilha.

DEPUTADOS PORTUGUESES NA CONVENÇÃO

PRESIDÊNCIA ÚNICA DA UE SERIA FACTOR DE DIVISÃO

"Um factor de divisão, de fractura e não de coesão", e "uma solução frágil e frouxa", foi como os deputados socialistas Alberto Costa e Luís Marinho, respectivamente em representação da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, classificaram na reunião de 15 e 16 de Maio da Convenção sobre o Futuro da Europa a possibilidade de vir a ser instituído o cargo de presidente da União Europeia a tempo inteiro.

Numa altura em que a Convenção está a chegar ao fim e as primeiras propostas definitivas de artigos da Constituição começam a ser divulgados, falou-se na última reunião de alguns dos temas mais controversos da arquitectura institucional da União Europeia do futuro: o presidente da União, a estrutura da Comissão, o Conselho Legislativo, e a representação externa da União.

"O projecto de um cargo presidencial europeu a tempo inteiro foi mal justificado e revelou-se um factor de divisão", considerou Alberto Costa, acrescentando-se que esse projecto, nas presentes condições, "promove a fractura e não a coesão".

"Se queremos edificar instituições sobre um chão comum e não sobre um campo de batalha repartido entre muitos países vencidos e poucos países vencedores, então a via presidencial terá de inverter a marcha e regressar à garagem. Exige-o a nossa coesão", disse o deputado.

No mesmo sentido foi a intervenção de Luís Marinho. Para o eurodeputado, a solução da presidência pessoal da União



é "frágil e frouxa", já que, "em vez de representar o presidente, será um representante, em vez de liderar será um porta-voz, em vez de mandante será mandatário".

O eurodeputado defendeu uma presidência do Conselho por um chefe de Estado e de Governo em exercício, possuindo a dupla legitimidade que advém de liderar democraticamente um dos Estados da União e a que lhe foi conferida pela confiança dos seus pares no Conselho, no âmbito do actual sistema de rotatividade.

Por sua vez, o comissário António Vitorino, em representação da Comissão Europeia, sublinhou o facto da presidência da União, nos termos em que tem vindo a ser proposta, conter o risco de produzir um executivo paralelo ou uma burocracia rival em relação à Comissão. Razão pela qual defendeu a manutenção do sistema rotativo semestral, com equipas de apoio à presidência, em que cada uma dessas

formações seria escolhida por um período mais longo.

Quanto ao papel das presidências, considerou fundamental que a nova estrutura institucional assegure dois objectivos: a continuidade do trabalho e a estabilidade da liderança.

Quanto ao formato da Comissão, Alberto Costa considerou necessário que se assegure a igualdade na relação entre Estados-membros. Na sua opinião, "o formato e o conceito da Comissão não podem ser reduzidos e deturpados sobre a falsa alegação de que não há executivos eficazes com mais de quinze iguais".

António Vitorino lembrou que a próxima Comissão terá já 25 comissários, e que um executivo desta dimensão coloca a União perante duas opções: ou uma Comissão grande internamente estruturada e com uma acção bem delimitada, ou então um executivo reduzido, mas baseado numa rotatividade em que os Estados-membros estão numa situação de igualdade.

A criação do Conselho Legislativo (que seria uma câmara representativa dos Estados no processo legislativo) foi outra das questões abordadas pelos deputados portugueses. Guilherme d'Oliveira Martins, membro suplente da Assembleia da República, considerou que, a existir, "o Conselho Legislativo deve permitir que a representação dos Estados seja garantida e assegurada adequadamente".

As questões relacionadas com a defesa e a representação externa da União Europeia foram também abordadas nesta reunião da Convenção. **PP**

PRESIDENTE LULA DA SILVA NA ABERTURA

INTERNACIONAL SOCIALISTA REALIZA CONGRESSO NO BRASIL

O Congresso da Internacional Socialista realizar-se-á de 27 a 29 de Outubro, no Brasil, e contará com a participação do Presidente Lula da Silva, que usará da palavra na sessão de abertura.

A agenda do presidente da Internacional Socialista, António Guterres, está preenchida com iniciativas de várias ordens, que de certa forma constituem a preparação do Congresso do Brasil, para cuja marcação terá contribuído a confirmação da presença do Presidente Lula da Silva.

Em 5 de Julho, o presidente da IS desloca-se a Creta, na Grécia, para participar num encontro que terá a presença do ex-Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton. Na sua intervenção, Guterres irá abordar o tema das relações transatlânticas.

Em meados de Julho realiza-se em Roma uma grande conferência sobre o Médio Oriente, que contará com a presença do primeiro-ministro palestiano, Abu Mazen, de diversos representantes do Partido Trabalhista de Israel e de correntes democráticas



iraquianas. Entretanto, António Guterres foi condecorado no passado dia 3 de Junho pelo chefe do Governo espanhol, José María Aznar, com o colar "Isabel a Católica", que é a mais alta condecoração atribuída a chefes de Estado ou de Governo estrangeiros. A condecoração é justificada com o papel que António Guterres desempenhou no processo de construção europeia e no reforço das relações entre Portugal e Espanha. No final de Maio, em Berlim, o presidente da Internacional Socialista participou nas

celebrações dos 140 anos do SPD, partido que considerou "um verdadeiro pioneiro da construção da social-democracia".

Guterres para a Comissão

António Guterres foi um dos nomes que esta semana foi dado como provável para vir a ocupar o cargo de presidente da Comissão Europeia.

O nome do presidente da Internacional Socialista foi divulgado no diário britânico "The Times", juntamente com outros candidatos.

António Guterres volta, assim, a ser apresentado como uma hipótese para a Comissão Europeia, a exemplo do que aconteceu em 1999, altura em que vários líderes europeus defendiam abertamente o então primeiro-ministro para a presidência da Comissão.

Juntamente com o nome de António Guterres surgiram os de Tony Blair, José María Aznar, Jacques Chirac e o do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joscha Fischer.

FERRO RODRIGUES DEFENDE

GOVERNO DEVE EXPLICAR AS SUAS OPÇÕES EM RELAÇÃO À EUROPA DO FUTURO

"O Governo tem a obrigação de apresentar as suas opções em matéria de política europeia", considerou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, na abertura de uma iniciativa organizada, dia 2 de Junho, pelo Partido Socialista que teve como objectivo propor uma ampla convergência em matérias europeias e recolher contributos para a consolidação de uma posição sobre as propostas agora em discussão na Convenção sobre o Futuro da Europa. Numa iniciativa que decorreu na Assembleia da República e em que foram convidados representantes de todos os partidos, deputados europeus e nacionais, diplomatas e académicos, coube a Ferro Rodrigues fazer a abertura dos trabalhos, moderados por Ana Gomes.

Ferro Rodrigues, que apresentou o PS como sendo "o partido da Europa", defendeu que o Governo, dentro das suas competências, tenha a mais ampla margem negocial nas questões relacionadas com a futura arquitectura europeia que será discutida durante o próximo ano na Conferência Intergovernamental (CIG). No entanto, e na medida em que estão em jogo questões que têm "as mais sérias consequências para a Europa e para o posicionamento de Portugal na construção europeia", disse esperar do Governo "igual responsabilidade, vontade de convergir e exemplar articulação com as restantes forças políticas e órgãos de soberania".



"É o Governo - e não o PS - quem tem de explicar aos portugueses como vê e como se posiciona para negociar, em nome do País, face às várias opções e desafios suscitados pelo projecto de tratado constitucional que está na mesa na Convenção e que vai passar para a CIG", disse Ferro Rodrigues.

O secretário-geral do PS criticou algumas das propostas avançadas pelo *Presidium* da Convenção e considerou que a futura Constituição deverá consolidar um projecto político avançado,

sem que isso signifique que, a pretexto do alargamento, "se rompam os equilíbrios de poderes presentes no actual quadro institucional europeu". Para já, o líder do PS manifestou as maiores dúvidas relativamente à solução de um presidente da União e ao fim das presidências rotativas.

Alberto Costa, representante da Assembleia da República na Convenção, lançou para a mesa as questões que estão em discussão e as posições que estão em confronto. O ex-secretário de

Estado dos Assuntos Europeus do PS, Seixas da Costa, alertou para o facto de na Convenção se estar a pôr em causa aquilo que foi aprovado com o Tratado de Nice e que foi ratificado ainda não há muito tempo. "O que se conseguiu em Nice, no quadro do alargamento, é relativamente satisfatório para um país como Portugal", disse, defendendo ainda que a União fizesse "um certo avanço no modelo federal". Guilherme de Oliveira Martins acentuou a necessidade de estarmos conscientes

do caminho "por onde não devemos seguir", designadamente não abdicando do método comunitário nem aceitando soluções que reconheçam o modelo de directório na arquitectura institucional da União Europeia.

Também Jaime Gama sublinhou que houve "uma alteração do mandato da Convenção" e criticou a atitude do seu presidente Giscard D'Estaing. Gama disse discordar das propostas de um presidente da União, do fim das presidências rotativas do Conselho e da forma como tem sido defendida a redução do número de comissários.

Sérgio Sousa Pinto manifestou uma certa desilusão com a Convenção, entre outras coisas porque foi governamentalizada e que, por isso, "poderá não vir a ser o contraponto desejável em relação a alguns aspectos que estarão sobre a mesa durante a Conferência Intergovernamental".

António Costa, manifestou a sua preocupação em relação ao papel que os parlamentos nacionais terão na futura arquitectura institucional europeia, defendendo a necessidade de evitar o risco de perda de eficácia da União Europeia.

Além dos participantes já referidos, intervieram e estiveram também presentes, entre outros, Manuel Lobo Antunes, em representação do Governo, Joaquim Miranda, eurodeputado comunista, António José Seguro, Capoulas Santos, José Sócrates e Maria Santos.

CARLOS LAGE

COMISSÃO DEVE PRESSIONAR PORTUGAL A LANÇAR COMBOIO DE ALTA VELOCIDADE

A Comissão Europeia devia alertar as autoridades portuguesas para o atraso que se está a verificar na implementação da linha ferroviária para os comboios de alta velocidade, habitualmente designado TGV, defendeu o eurodeputado Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu.

Numa pergunta escrita dirigida à Comissão Europeia, o eurodeputado questionava se o executivo "não considera a possibilidade de tomar uma posição e alertar as autoridades portuguesas sobre a urgência em tomar uma decisão numa matéria de relevância europeia".

Na sua pergunta, Carlos Lage considera que Portugal é um dos países europeus que mais necessita de uma ligação por TGV às redes transeuropeias, e traçou o paralelo com a situação em Espanha. Aquele país para vencer o atraso de desenvolvimento, "planeou e está a construir a sua rede de TGV com toda a celeridade", enquanto em Portugal "sucodem-se os estudos, fazem-se e



desfazem-se planos e as decisões são perpetuamente adiadas".

Poluição da costa

A poluição da costa portuguesa foi um

dos temas que Carlos Lage abordou na última reunião plenária de Estrasburgo, interpellando a comissária Loyola de Palacio sobre as medidas em vigor para combater esse flagelo.

Carlos Lage considerou perante a comissária que a limpeza de navios "se está a transformar num verdadeiro flagelo na costa portuguesa", pretendendo, por isso, saber que medidas estão perspectivadas para aumentar a vigilância e o controlo dos navios que passam diante da orla costeira, de forma a que sejam mais facilmente identificados os responsáveis pelos derrames, "que chegam às praias sem se saber a sua origem e quem os fez".

A comissária respondeu que actualmente já se faz o controlo de petroleiros, mas que é agora preciso ir mais longe e fazer o mesmo a "todos os tipos de barcos que circulam próximo da costa, a três quatro ou cinco milhas. 'Isso daria - disse - maior segurança num mar cada vez mais frequentado pelo transporte marítimo e por actividades de recreio e que, além disso, está também cada vez mais contaminado, sendo por isso necessário protegê-lo mais".

PAULO CASACA

AGRICULTORES AÇORIANOS LESADOS PODEM VIR A TER AJUDAS COMUNITÁRIAS

Os agricultores açorianos poderão vir a beneficiar de ajudas da União Europeia para compensar os estragos provocados pelos temporais que afectaram o arquipélago nos passados dias 11 e 12 de Abril.

A resposta veio da comissária Loyola de Palacio, vice-presidente da Comissão Europeia, na sequência de uma pergunta feita sobre essa questão pelo eurodeputado Paulo Casaca, que defendeu um regime de ajudas para os agricultores açorianos, tal como o executivo comunitário fez para os agricultores do Centro da Europa também recentemente afectados por cheias. Segundo Loyola de Palacio, "podem adaptar-se, a pedido do Estado-membro interessado, possibilidades de ajuda no quadro da Política Agrícola Comum". Disse ainda que, se a Comissão for consultada pelas autoridades portuguesas, "estudará medidas que possam vir a ser adoptadas para fazer face às consequências destas intempéries".

A comissária lembrou ainda que Portugal pode propor à Comissão que se considerem as necessidades extraordinárias do sector agrícola dos Açores no contexto das decisões a tomar sobre a afectação regional das reservas do actual Quadro Comunitário de Apoio.

De referir, por outro lado, que o eurodeputado criticou, no último plenário de Estrasburgo, a decisão da Organização Mundial de Saúde de não conceder a Formosa o estatuto de observador na 56ª Assembleia Anual da Organização, que decorreu em 28 de Maio, em Genebra. Em causa estava a atitude das Nações Unidas e da OMS, que deveria ter "uma atitude menos burocrática" relativamente à Formosa, uma vez que nesse país se registaram já algumas dezenas de mortos provocados pela Síndrome Respiratória Aguda.

de promover medidas positivas e activas e não medidas punitivas e passivas. Aliás, a avaliação efectuada em 2002 e que deu lugar à apresentação de uma estratégia revista, em Abril deste ano, confirma que as políticas de emprego e de mercado de trabalho beneficiam da existência de objectivos comuns a nível europeu, bem como da avaliação conjunta feita pelos Estados membros. No entanto, podemos ter a melhor estratégia de emprego do mundo, mas se as políticas económicas agirem em sentido contrário, sem terem qualquer preocupação dos seus efeitos sobre o emprego, de nada servirá. Na UE, começamos a ver alguns casos que ilustram esta afirmação. Infelizmente, Portugal é um desses casos.

Que perspectivas tem quanto ao evoluir do modelo social europeu no momento em que a Europa é atravessada por uma recessão económica?

O fraco crescimento económico actual e o imperativo da competitividade, que parece ter assolado os sectores mais neoliberais da Europa, são muitas vezes usados para pôr em causa o modelo social europeu e romper o equilíbrio que se tem tentado estabelecer entre os objectivos económicos e sociais. Assistimos diariamente ao anúncio de novos encerramentos de empresas, de deslocalizações, de reestruturações e, conseqüentemente, ao aumento do desemprego, da exclusão social, com todas as consequências negativas sobre a coesão das nossas sociedades e os sistemas de protecção social. É urgente inverter esta situação, dado que as respostas avulsas e imediatistas que têm sido dadas por alguns países, não têm sustentabilidade a médio e longo prazo. Os principais sacrificados são os trabalhadores, as políticas sociais, o adiamento de investimentos essenciais, não só na inovação, mas também em infraestruturas, sobretudo as de carácter social. Actualmente, já não tem qualquer credibilidade a afirmação de que os mercados de trabalho europeus são muito rígidos. Mais uma vez, Portugal é um exemplo negativo. Mas a inação das autoridades europeias sobre estas questões é preocupante. É urgente uma resposta coordenada, uma acção coordenada para relançar os investimentos estratégicos em investigação e desenvolvimento, em educação e formação profissional, em tecnologias de protecção do ambiente, nas redes transeuropeias, aliada a uma interpretação flexível e inteligente do Pacto

de Estabilidade e Crescimento. Alguns dirigentes europeus esqueceram que o pacto é de estabilidade, mas também de crescimento, crescimento económico, mas também do emprego. Daí que seja necessária mais e não menos Europa. O modelo social europeu serve de almofada em momentos de recessão, daí que a CES se bata pelo seu reforço e fortalecimento.

no emprego, as crises sociais das nossas sociedades, o crescente individualismo que caracteriza a vida actual, têm tido alguns efeitos negativos sobre a actividade sindical. Sou, por natureza, optimista e todos os indicadores que possuo apontam no sentido de haver alguma retoma no número de filiados, igualmente nos sectores tradicionalmente menos sindicalizados. No entanto, e como

credibilizar a própria CES enquanto única organização representativa dos trabalhadores reconhecida a nível europeu. Os sindicatos dos países da Europa Central e Oriental, bem como do Mediterrâneo, têm participado activamente no processo de negociação da adesão, têm-se empenhado na promoção do diálogo social nos países respectivos, onde não havia tradição ou práticas de negociação

nível de uma série de instituições e processos decorrentes do processo de integração europeia implica um esforço constante de formação. Mas isso aplica-se a todos os Estados membros. Daí que seja nossa intenção levar as actividades das Comissões Nacionais de Integração, criadas com o apoio da CES a todos os países candidatos à UE, obviamente com excepção da Bulgária, Roménia e Turquia. Tal como se passa relativamente à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, também relativamente ao alargamento a palavra de ordem é «mainstreaming» na acção política diária da CES. Aliás, o X Congresso da CES acaba de eleger para o seu secretariado um sindicalista do Solidariedade da Polónia.

Acompanhou com certeza o processo de criação do novo Código do Trabalho. Que comentários faz relativamente à nova legislação laboral portuguesa?

O facto de o Presidente da República ter pedido ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva do Código do Trabalho é, na minha opinião, a resposta clara de que a nova legislação laboral portuguesa está longe de defender os interesses dos trabalhadores, activos ou inactivos. É irrealista pensar-se que a relação entre trabalhador e empregador é uma relação de igualdade; é injusto pensar-se que os problemas da falta de competitividade de alguns sectores da economia portuguesa residem nos trabalhadores ou nos seus representantes. Estou certa de que os trabalhadores e trabalhadoras bem como o movimento sindical português continuarão mobilizados. E estou certa de que o PS continuará mobilizado sobre esta matéria de uma forma positiva e activa. A grande distinção entre um governo de direita e de esquerda reside precisamente na forma como são estabelecidas as prioridades de governação relativamente às políticas que estão directamente relacionadas com o bem-estar das pessoas. É isso que distingue o PS dos outros partidos e essa é uma das razões porque sou militante do PS. Aliás, aproveito esta oportunidade para expressar a minha total e inequívoca solidariedade para com os meus camaradas Ferro Rodrigues e Paulo Pedrosa, que tenho a honra de conhecer há muitos anos e com quem tive o prazer de trabalhar em várias ocasiões. Mais do que nunca, é essencial a unidade do PS. Enfrentar e ultrapassar com sucesso situações difíceis e injustas faz parte da história do nosso partido. É isso que nos distingue dos outros, é isso que faz a nossa força.



O modelo social europeu serve de almofada em momentos de recessão

É correcta a ideia de que o sindicalismo tem perdido importância e declinado o número de trabalhadores sindicalizados?

É verdade que casos com a governação da sra. Thatcher, na Inglaterra, em nada ajudou o desenvolvimento do movimento sindical. Igualmente as mudanças constantes ao nível da natureza e da organização do trabalho, a precaridade

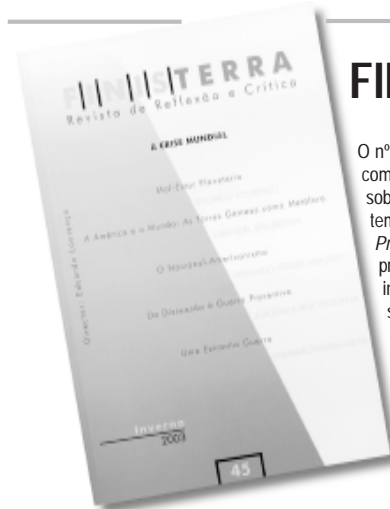
já afirmei anteriormente, o papel dos sindicatos no processo de construção europeia é incontornável e sempre que estão em causa os seus direitos mais elementares, as trabalhadoras e os trabalhadores sabem quem está em melhores condições para os defender.

A entrada de dez novos países na EU poderá, de alguma forma ajudar a reforçar o movimento sindical ao nível europeu? E de que forma é que a CES pode ajudar à formação sindical nesses Estados?

A CES deu início ao seu alargamento pouco tempo após a queda do muro de Berlim! A unificação da Europa foi defendida e promovida pelo movimento sindical europeu desde esse momento. As organizações sindicais democráticas e representativas dos dez novos países da EU fazem parte da nossa família há alguns anos. Esse facto contribui em muito para

O papel dos sindicatos no processo de construção europeia é incontornável

entre parceiros sociais ou com as autoridades públicas. Estamos mais avançados do que as organizações patronais nesta matéria. É claro que tudo isto é possível graças a um enorme esforço de informação, de formação e de solidariedade que caracteriza a acção sindical. Não consideramos que a nossa tarefa esteja concluída, uma vez que a participação das organizações sindicais ao



FINISTERRA: A REVISTA DE REFLEXÃO E CRÍTICA

O nº 45 da revista *Finisterra* já se encontra nas livrarias. Subordinada ao tema a *Crise Mundial*, este número inicia-se com o editorial de Eduardo Lourenço sobre o *Mal-Estar Planetário*, onde o mais famoso ensaísta português reflecte sobre a precária condição do mundo após a invasão e ocupação do Iraque pelos norte-americanos. Sobre o mesmo tema destacam-se os artigos *O Nacional-Americanismo*, de Fernando Pereira Marques, *Da Dissuasão à Guerra Preventiva*, de Joaquim Jorge Veiguinha, e uma *Estranha Guerra*, de Guilherme d'Oliveira Martins. Nos dois primeiros são desmontadas as justificações da Administração Bush e dos falcões do Pentágono para legitimar a intervenção militar, enquanto no terceiro são analisadas as consequências social e politicamente negativas da subalternização da Europa neste processo.

Numa outra perspectiva, Alfredo Margarido alerta-nos para os perigos para paz e estabilidade mundial de todos os fundamentalismos religiosos. João Madureira faz a história crítica da questão iraquiana na ONU desde as sanções impostas ao Iraque, em 1990, até à resolução 1441 de 2002. Na secção *Ideias* da *Finisterra*, Augusto Santos Silva reflecte sobre os *Princípios Políticos do PS*, com o intuito de realizar uma síntese da memória histórica do Partido Socialista e da necessidade de renovação do seu ideário. Não faltam, portanto, motivos de interesse para adquirir este número da *Finisterra*. E, já agora, por que não assiná-la? Podem estar certos que os números futuros vos reservarão outras boas surpresas intelectuais.

ASSINATURAS

Assinatura anual (4 números):
Normal 30 euros; Instituições 42 euros; Estudantes 15 euros; Apoio 48 euros; Europa 93 euros; Fora da Europa 107 euros.
Morada: Fundação José Fontana, Avenida das Descobertas 17, 1400-091 Lisboa

EFEMÉRIDE

PS ASSINALA DIA DE ÁFRICA

O PS exprimiu solidariedade aos povos africanos num comunicado onde assinala o dia de África – 25 de Maio – data em que foi constituída a Organização da Unidade Africana (OUA).

“Na passagem desta efeméride, o Partido Socialista exprime a sua solidariedade aos povos africanos e em particular aos povos da língua comum portuguesa, com a esperança de que, no actual quadro mundial, os dirigentes africanos saibam aproveitar todas as potencialidades e riquezas do continente, em particular a riqueza humana, tão fértil e tão promissora para salvaguarda de um mais justo e solidário desenvolvimento”, lê-se na saudação subscrita pelo deputado socialista Vítor Ramalho.

MORRERAM JOÃO GOMES E RAMON DE LA FERIA

FIGURAS EXEMPLARES DE REPUBLICANOS E DEMOCRATAS

Fundador do PS e antigo governador civil da Guarda, João José Gomes, de 90 anos, faleceu na semana passada, em Lisboa, vítima de paragem cardíaca.

Advogado, republicano de sempre, João Gomes foi um destacado antifascista, tendo estado envolvido em todas as manifestações e candidaturas democráticas antes do 25 de Abril, designadamente a candidatura presidencial em 1958 do general Humberto Delgado. Cronista político na Rádio Altitude da Guarda, onde apresentava a rubrica “Reflexões Políticas”, foi também membro da Assembleia Municipal da Guarda.

Forte figura política e cívica

Ramon de La Féria, antigo Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL), entre 1990 e 1993, faleceu em Lisboa, vítima de doença prolongada. Militante do PS, contava 83 anos. A par da sua actividade cívica e política, foi um médico distinto, com mais de 40 trabalhos publicados.

Ao longo dos últimos 60 anos, Ramon de La Féria teve uma forte intervenção política e cívica dentro e fora de Portugal, tendo sempre como pano de fundo a defesa da liberdade e dos ideais republicanos.

Antes do 25 de Abril, tomou parte activa em diversos movimentos e conspirações contra o salazarismo, o que lhe valeu a perseguição dos esbirros do regime, com a consequente passagem em diversos momentos pelas prisões do Aljube e Caxias. A partir de 1974, esteve empenhado na consolidação da democracia. Em 1989, foi condecorado com a Ordem da Liberdade e com o grau de Comendador, pela mão do então Presidente da República Mário Soares, seu amigo de longa data, que recebeu com “muita tristeza” a notícia da morte de La Féria, que classificou como uma “grande figura política e cívica”, cuja vida fica marcada por “posições de defesa da liberdade”.

Às famílias enlutadas, o “Acção Socialista” apresenta as mais sentidas condolências.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SOCIALISTAS ALGARVIOS E ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PREOCUPADOS COM PROTAL

A Federação do PS/Algarve e a Associação de Municípios local (AMAL) manifestaram em conjunto a sua preocupação com o estado actual do Programa Regional de Ordenamento do Algarve (PROTAL), apelando a uma maior celeridade e qualidade do trabalho a desenvolver.

No documento síntese de uma reunião que recentemente congregou os dirigentes do PS/Algarve e os representantes do Conselho de

Administração da AMAL, os socialistas defendem que “o próximo PROTAL deverá promover a redução das assimetrias regionais, a localização das actividades económica e a definição de projectos estruturantes para a região”. Segundo o mesmo comunicado, a distrital algarvia propôs à AMAL que, em conjunto com a Universidade do Algarve e outros actores regionais, fosse lançada a discussão sobre o projecto de descentralização para a

região e se promovesse um ciclo de debates, como contributo para a elaboração do PROTAL, uma vez que “o novo modelo a adoptar deverá ser amplamente consensualizado”.

De salientar ainda que, neste encontro, os socialistas algarvios e a Associação de Municípios partilharam também a ideia de ser “necessário um reforço de verbas no PROALGARVE”, para fazer face às necessidades reais e específicas da região até 2006.

HOSPITAL DE LAGOS

DIRECTOR HOSPITALAR DESPEDIDO POR DELITO DE OPINIÃO

A resposta do Governo a um requerimento apresentado pelo PS sobre o afastamento do ex-director do Hospital de Lagos mostra que a exoneração se deveu a um delito de opinião, declarou José Apolinário.

Salientando que a resposta do Executivo de Durão Barroso confessa que o antigo

director «em diversas ocasiões, nomeadamente através de declarações públicas, não garantia a execução das orientações superiormente fixadas», o deputado algarvio conclui assim que a exoneração de Gata Gonçalves teve a ver com a sua reacção em defesa da manutenção do Hospital de Lagos, depois

do actual secretário de Estado da Saúde ter defendido a sua desactivação a médio prazo.

«Foi uma posição em defesa da saúde das populações do barlavento algarvio servidas pelo Hospital, não só as de Lagos, como também as de Vila do Bispo e Aljezur», sublinhou Apolinário.

EDP/REN

TRABALHADORES CENSURAM POLÍTICAS ENERGÉTICAS

A Coordenadora Nacional dos Trabalhadores Socialistas da EDP/REN (Rede Eléctrica Nacional) reuniu-se em encontro nacional em Coimbra, onde aproveitou para acusar o actual Governo de manter “uma política fiscal absurda, de destruir a economia de sustentabilidade e a reconversão das pequenas empresas”

e ainda de ser “responsável pelo crescimento do desemprego em Portugal”. Num comunicado, os trabalhadores socialistas da EDP/REN afirmam ser necessário “repôr a transparência e a competência nas áreas críticas da gestão do trabalho e da comunicação da empresa” e consideraram um “erro” a

alienação da actual posição do Estado na EDP, sem a salvaguarda da necessária posição estratégica do Estado na REN”.

Deste encontro saiu ainda uma mensagem de confiança e de apoio ao camarada Ferro Rodrigues como próximo primeiro-ministro de Portugal.

CASO MODERNA

PS EXIGE ESCLARECIMENTOS SOBRE PAGAMENTOS NA AMOSTRA

Artur Penedos exigiu, pela terceira vez, no passado dia 20, esclarecimentos sobre o cumprimento por parte de Paulo Portas de obrigações para com a Segurança Social, por considerar as anteriores respostas da tutela “insuficientes e inaceitáveis”.

Em requerimento dirigido ao ministro Bagão Félix, o deputado do PS voltou a exigir informações relativas a pagamentos que Portas efectuou na qualidade de gestor da “Amostra” (centro de sondagens da Universidade Moderna) a vários alunos por trabalhos

realizados nesta empresa.

Segundo Penedos, o ministério terá de apresentar um relatório onde comprove que estes alunos realizaram trabalho independente, esclarecendo quantos são e se terão sido alvo de pagamento sem recibo, entre outras questões.



30 ANOS PARTIDO SOCIALISTA

Esta edição comemorativa dos 30 anos do Partido Socialista conta com os contributos de Alberto Anjo de Carvalho > Alberto Oliveira e Silva > António Almeida > António José Segura > Beatriz Lucas do Ó > Dieter Dellinger > Eduardo Ferro Rodrigues > Janika Madeira > João Gomes > José Apolinário > José Neves > Liberto Cruz > Lúis Nunes da Ponte > Lúis Ribeiro > Manuel Pedro Marques > Margarida Marques > Maria Carolina Tito Ribeiro > Maria de Jesus Barroso > Mário Soares > Maria Sottomayor Garcia > Rosália Crespo > Rocio Lino > Sérgio Sousa Pinto

O Partido Socialista disponibiliza esta obra em formato de Internet no Partido Socialista.

Visite-nos

<http://www.ps.pt>

À VENDA

O PARTIDO SOCIALISTA E A REVISÃO DA LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

Entendo que era um gesto de coragem política (tendo em vista a sua responsabilidade na redacção do artigo 12º consignada na Lei nº 115/97) se o PS propusesse, antes mesmo da revisão global da LBSE, que a classificação obtida no ensino secundário deixasse de ter qualquer peso na formação da nota de candidatura. Eliminavam-se, de uma vez por todas, as perversões que resultam da manipulação fraudulenta da legislação mais generosa (e absolutamente sem consequência na qualificação das gerações mais velhas!) e de uma pressão sobre as escolas e os professores que vai "judicializando" a avaliação e descaracterizando os currícula e as aprendizagens.

Sustentei, há meses, numa troca de impressões com responsáveis da Secção Sectorial de Educação da FAUL, que, na eventualidade de próxima apresentação de proposta de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo pelo Governo, o PS deveria assumir uma posição muito clara ou, ao menos, lançar internamente uma discussão abundante relativamente aos seguintes sete tópicos:

- 1) organização (dispositivos curriculares, percursos, avaliação) dos ensinos básico e secundário;
- 2) acesso ao ensino superior;
- 3) articulação educação-formação;
- 4) administração e gestão das escolas básicas e secundárias;
- 5) estatuto e financiamento do ensino particular e cooperativo;
- 6) autonomia e descentralização;
- 7) ensino superior: politécnico e universidades.

Passo a justificar.

Quanto ao primeiro tópico, diria que a questão central vem sendo a coordenação entre os actuais 3º ciclo (três anos) e secundário (três anos). Entendendo que tal questão foi razoavelmente debatida e não muito mal resolvida no conjunto de documentos que sustentaram a revisão curricular desencadeada no XIII Governo Constitucional, defendo que o PS deveria mostrar-se disponível para negociar com o PSD uma solução alternativa, que deslocaria para o actual 3º ciclo as "funcionalidades" em matéria de diagnóstico, orientação e selecção de percursos formativos que a revisão curricular do PS colocava no 10º ano. Nesta óptica, tratar-se-ia de explorar, no figurino 6+6+6 anos, sustentado pelo ministro David Justino, a transfiguração do actual 3º ciclo não num ciclo de formação profissional precoce mas num grande percurso *também profissionalmente qualificante* (a linha de trabalho aberta com os cursos de educação e formação deve ser prosseguida e aprofundada), conducente a um "2º ciclo" secundário em que as escolhas individuais tivessem alguma relação com o veredicto da escola relativamente aos percursos anteriores, num esquema de responsabilidade partilhada entre a escola e as famílias.

Sobre o acesso ao ensino superior, entendo que era um gesto de coragem política (tendo em vista a sua responsabilidade na redacção do artigo 12º consignada na Lei nº 115/97) se o PS propusesse, antes mesmo da revisão global da LBSE, que a classificação obtida no ensino secundário deixasse de ter qualquer peso na formação da nota de candidatura. Eliminavam-se, de uma vez por todas, as perversões que resultam da manipulação fraudulenta da legislação mais generosa (e absolutamente sem consequência na qualificação das gerações mais velhas!) e de uma pressão sobre as escolas e os professores que vai "judicializando" a avaliação e descaracterizando os currícula e as aprendizagens.

Em matéria de articulação entre educação e formação, devemos sustentar a convergência das administrações e dos recursos financeiros no sentido da criação de uma autoridade única para a educação e a formação, em conformidade com o que são *acquis* do PS que, como outros, vão agora sendo materializados. E vale a pena lembrar que o PS disciplinou o subsistema das escolas profissionais e apontou o caminho no sentido da oferta de todos os cursos reconhecidos oficialmente por todas as instituições educativas. Foi assim no DL nº 4/98 (escolas profissionais) e, reciprocamente, devemos aprovar a oferta de cursos profissionais nas escolas de ensino regular, pois parece certo que a aposta na rede mais fina, a rede pública, é a única que nos permitirá levar até aos ambicionados 50/60 por cento a percentagem de jovens que, independentemente de trajectórias escolares subsequentes, adquirem, com o 12º ano, uma qualificação profissional.

Sobre as alíneas 4) e 6) direi apenas que estamos, no caso do regime de gestão das escolas, perante um inviável hiperburocratizado e, no essencial, incapaz de abandonar a matriz de 1976. E se, para mim, não é muito clara a melhor alternativa, sempre se dirá que importa pensá-la na óptica da responsabilização directa das unidades discretas essenciais do sistema – as escolas/agrupamentos – de um lado, e das unidades administrativas de articulação entre estas e os serviços centrais do Ministério, na forma de *estruturas executivas* em número igual ou semelhante ao de NUT III, do outro – acabando com os "almirantados" políticos em que se converteram as DRE.

Igualmente se impõe um debate urgente sobre o ensino particular e cooperativo, mesmo que apenas a partir de uma reavaliação das disposições constitucionais nesta matéria. Mas podemos ir mais longe e, responsabilmente, pensar os termos, limites e meios de controlo da execução dos serviços objecto de contrato entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular.

Relativamente ao último ponto, sou apologista da destrinça entre politécnicos e universidades, acreditando que o PS deveria ser claramente favorável à preservação de dois sistemas, poupando-se(-nos), de caminho, ao discurso ritual e completamente obscuro da "idêntica dignidade" (o que vale também para a destrinça cursos gerais-cursos tecnológicos, ou profissionais, do ensino secundário). Neste como noutros casos, devemos ser, positivamente, pela diferença, o que em nada contraria um posicionamento em que a idêntica dignidade de todos, através da diferença de percursos humanos, aparece como um dado moral prévio e indiferente às questões da classificação e da distinção social – especialmente quando injusta e fundada em critérios inaceitáveis.

PS: Em memória dos dias que passam, quero dizer que subscrevo, por inteiro e em todas as suas consequências, as palavras do director do AS nas páginas do *Público* de 24.5.03, permitindo-me acrescentar um dito de Albert Camus que vale por uma advertência: «Não basta [...] matar o justo, há que matar-lhe o espírito, para que o exemplo de um justo renegando a sua dignidade de homem desencoraje de vez todos os justos e a própria justiça».

JOÃO SANTOS
PROFESSOR

Correio dos Leitores

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa



O TÚNEL DAS AMOREIRAS

O túnel das Amoreiras é uma obra cara que poucas melhorias trará ao trânsito de Lisboa e podia ser dispensada. Tem, no entanto, uma vantagem. As dificuldades criadas ao trânsito durante os dois ou três anos que durará a sua construção são tais que será necessário pensar uma solução provisória para diminuir o número de carros que chegam do Monsanto pela auto-estrada. Esta solução poderá ser a abertura de corredores "bus" na auto-estrada, desde os parques de estacionamento do Estádio Nacional até ao Marquês de Pombal, por onde circulem autocarros rápidos e com preços razoáveis para os automobilistas que deixem os carros nos parques. É esta solução, inicialmente "provisória" e que continuará como definitiva depois da construção do túnel, que contribuirá, diminuindo o número de carros entrados na cidade, para a melhoria do trânsito em Lisboa, e não propriamente o túnel construído para facilitar a entrada dos carros na cidade. Os engarrafamentos dentro do túnel servirão, aliás, como avisos aos automobilistas para deixarem os carros nos parques.

António Brotas

MENOS PRETO, BRANCO E CINZENTO NO NOSSO JORNAL

O nosso jornal "Acção Socialista" precisa de melhor apresentação gráfica dos textos, sejam artigos, sejam discursos, sejam opiniões ou iniciativas políticas.

Apesar de a 1ª página do último "AS" já ter alguma cor e grafismo, um pouco mais atraente da atenção dos leitores, o jornal está a precisar de modernização, pois ele também é a imagem do Partido que se dá para o exterior, os outros e acima de tudo para os nossos eleitores.

O nosso Jornal está muito "conservador", pelo que tem de se modernizar e constituir um meio de propaganda do PS.

Peço, pois, que haja menos preto, branco e cinzento no nosso Jornal. Certamente que no Partido temos militantes que trabalham em artes gráficas e que poderiam dar uma ajuda na renovação do aspecto do "Acção Socialista", tanto por fora (1ª e última página) como por dentro.

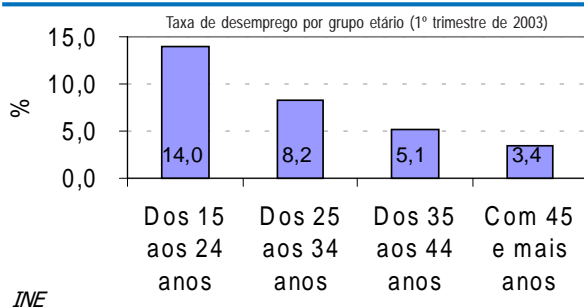
Vamos renová-lo, ou ficamos parados no tempo?

Saudações socialistas.

A. Marques Pereira
Militante 7365/Setúbal

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

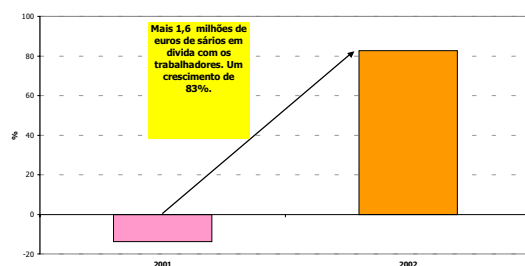
**JOVENS SÃO
OS MAIS
AFECTADOS
PELO
DESEMPREGO**



Por grupos etários, é o escalão mais jovem (15 aos 24 anos) que apresenta a maior taxa de desemprego (14,0%). Mais do dobro da verificada para o total da população activa.

Mas é a faixa etária dos 25 aos 34 anos a mais afectada pelo aumento do nº de desempregados: mais 78% de variação homóloga e 10,7% de variação trimestral.

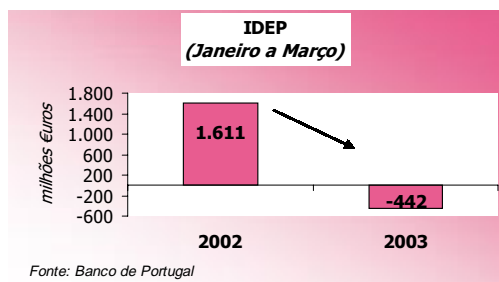
**SALÁRIOS EM
ATRASSO
DISPARARAM**



Em 2002 o montante de salários em atraso aumentou 83 por cento: mais 1,6 milhões de euros que em 2001. Este valor corresponde a mais 765 trabalhadores que viram os seus salários em atraso.

Desde 1993 que não se assistia a um tão grande crescimento no numero de trabalhadores com salários em atraso.

**ESTRANGEIROS
DESINVESTEM**



No 1º trimestre deste ano, o investimento que as empresas estrangeiras fizeram em Portugal, é inferior ao desinvestimento que realizaram, resultando, assim, um saldo negativo na ordem dos 442 milhões de euros.

Os investimentos da Espanha e Alemanha (maiores investidores estrangeiros em 2002) caíram 67% e 83%, respectivamente.

Para que serve afinal a Agência Portuguesa para o Investimento e o que anda a fazer Miguel Cadilhe?

SUGESTÕES

POR ISABEL PIRES DE LIMA

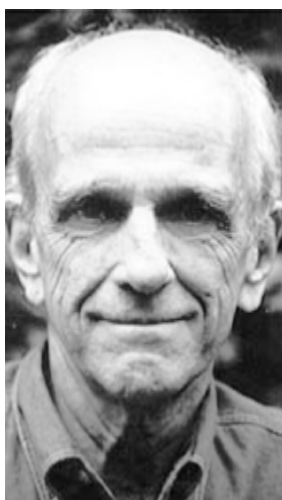
RUBEM FONSECA

UMA MISTURA EXPLOSIVA

O Prémio Camões – o maior prémio de consagração literária em vida atribuído pelos esforços conjugados dos Ministérios da Cultura de Portugal e do Brasil a escritores de língua portuguesa – contemplou este ano um grande ficcionista brasileiro: Rubem Fonseca, filho de pais portugueses, nascido em 1925, em Minas Gerais. A longa carreira do escritor, começada em 1963, com *Os prisioneiros*, é riquíssima em conto, mas visita também o romance. Todavia Rubem Fonseca só se tornou mais conhecido entre nós nos anos 90, década em que foi amplamente editado em Portugal, sobretudo pela editora Campo das Letras.

O seu universo ficcional, ao contrário da maioria dos escritores brasileiros da sua geração conhecidos entre nós, é trepidamente urbano. O cenário é normalmente o Rio de Janeiro, com toda a violência, a crueza, o colorido, o excesso dum cidade por onde as suas personagens – bandidos, grã-finos bicheiros, polícias, prostitutas, políticos – não param de circular. Há até um conto seu intitulado "A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro" do extraordinário livro *Romance negro e outras histórias* (1992).

A arte de Rubem Fonseca aposta na representação realista do mundo, à qual subjaz uma atitude de denúncia e negação, mas transgressora e resistente também. O seu realismo brutal não poupa ninguém, nem os excluídos, que povoam os seus livros, nem a burguesia bem instalada ou bem pensante, e capta a alienação generalizada do nosso quotidiano. Ele próprio diz que "o objectivo honrado do escritor é encher os corações de medo, é dizer o que não deve ser dito, é dizer o que ninguém quer dizer, é dizer o que ninguém quer ouvir."



Mas esta denúncia está longe de ser estritamente social, o seu realismo radiográfico e por vezes chocante, já tem sido designado por realismo subjectivo, pois incorpora os dramas humanos ligados à solidão, à exclusão, à incomunicabilidade, às frustrações existenciais e sexuais. Aliás, o realismo virulento convive nele com uma forte dimensão lírica.

O inconformismo social de Rubem Fonseca vai a par de um grande inconformismo artístico. As suas narrativas atravessadas pelo mistério, o suspense, o insólito têm sido aproximadas do romance policial, mas ultrapassam em muito os limites do género. O gosto por um certo experimentalismo formal fá-lo optar por uma estruturação narrativa construída sobre cenas alternadas, com mistura de vários registos de linguagem tendencialmente coloquial, a dar voz a pontos de vista alternativos, fazendo lembrar a montagem cinematográfica. Aliás, romances seus (*A grande arte*, de 1983 e *Bufo & Spallanzani*, de 1985) foram adaptados ao cinema.

Constante ainda das narrativas do autor, a auto-reflexão sobre o fazer literário, sobre a condição do artista e da sua produção, presente nalguns títulos já citados e outros acessíveis ao público português – *O buraco na parede* (1995) ou *Histórias de amor* (1997) ou *E do meio do mundo prostituto só amores guardei ao meu charuto* (1997) – assim como o interesse por revistar romanescamente a história, a fim de questionar o presente, como acontece em *Agosto* (1990), onde ficção e história real do Brasil se cruzam.

Ler Rubem Fonseca é ler o mundo com crueza, ironia e lirismo – uma mistura explosiva que importa experimentar com urgência ou repetir viciosamente.

**Acção
Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRONICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt / accaao